

PETROBRÁS
SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
MEMÓRIA DA PETROBRÁS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO
DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL

ROCHA, Euzébio. Euzébio
Rocha (depoimento; 1987).
Rio de Janeiro, CPDOC/FGV
- SERCOM/Petrobrás, 1988.
52 p. dat. ("Projeto Memó-
ria da Petrobrás")

Eusébio Rocha
(depoimento)

Proibida a Publicação no todo ou em
parte; permitida a citação.
Permitida a cópia xerox.
A citação deve ser textual, com
indicação de fonte

Esta entrevista foi realizada na
vigência do convênio entre o
CPDOC/FGV e o SERCOM/Petrobrás.
É obrigatório o crédito às ins-
tituições mencionadas.

ficha técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistadores: Plínio de Abreu Ramos e Margareth Guimarães Martins

levantamento bibliográfico e roteiro: Plínio de Abreu Ramos

conferência da transcrição: Plínio de Abreu Ramos

sumário: Plínio de Abreu Ramos

texto: Leda Maria Marques Soares

leitura final: Plínio de Abreu Ramos

datilógrafa: Ilma da Fonseca Pinto

técnico de som: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ

data: setembro de 1987

duração: 2 hs

fitas cassete: 02

páginas datilografadas: 52

SUMÁRIO

Entrevista: Primeiro envolvimento com a questão do petróleo: interesse inicial pelo problema das areias monazíticas; relacionamento com Artur Bernardes na Constituinte de 1946; participação de Paul Schoppel na redação do art. 153 da Constituição; a emenda Emâni Sátiro (UDN-PA): denúncias de Artur Bernardes na Câmara e de Domingos Velasco no Senado; o lobby do capital estrangeiro; o projeto 422, de Carlos Marighela (7.06.1947): abertura à participação de grupos estrangeiros na exploração petrolífera; conflito entre monopolistas e adeptos do capital privado: posição privatista do governo Dutra, a Refinaria Nacional de Petróleo S.A. e o projeto de Mataripe; o projeto 382, de Marighela (25.07.1947); hipóteses sobre a posição do Partido Comunista Brasileiro; assassinatos de pessoas que tiveram iniciativa na descoberta de petróleo no Brasil; a descoberta do poço de Lobato; trustes e multinacionais; o Brasil como mercado cativo para consumo de derivados; Decreto-Lei 366 (11.04.1938): exploração privativa de brasileiros natos; criação do Conselho Nacional do Petróleo; razões políticas da deposição de Vargas em 1945; refinarias particulares; Dutra e o Estatuto do Petróleo; construção da Refinaria de Cubatão; recrudescimento da Campanha do Petróleo: a luta pelo monopólio como denominador comum; mudança de estratégia: de não há petróleo no Brasil para há petróleo mas faltam recursos e tecnologia; Mataripe: prova da inexistência de risco na atividade petrolífera; tramitação parlamentar da mensagem de Vargas; atuação da imprensa na campanha: Jornal de Debates e Diário de Notícias; CPI da Última Hora: extensão do inquérito a toda a imprensa e hipótese de vínculos com interesses estrangeiros; atuação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo; intervenção policial no comício da praça Floriano; penetração da tese Horta Barbosa nos meios militares e universitários; papel das câmaras municipais na Campanha do Petróleo: interesses oligárquicos compatíveis com a tese do monopólio e proselitismo junto aos vereadores; influência da tese monopolista na campanha eleitoral de 1950: a imagem nacionalista de Vargas; a Missão Abbink e a questão do petróleo; utilização do conflito coreano para neutralizar o avanço monopolista: esbanjamento dos saldos comerciais brasileiros no exterior e gestão Guilherme da Silveira no Ministério da Fazenda de Dutra; a mensagem 469 de Vargas propondo a criação da Petrobrás (6.12.1951); oposição do entrevistado à possível indicação de Juracy Magalhães para a presidência do CNP; posição de Estillac Leal contra a tese da maioria absoluta; encontro com Vargas em Petrópolis para apreciação da mensagem presidencial; reunião com a assessoria de Vargas: impossibilidade de acordo sobre o art. 13, item 4, do projeto 1.516, o substitutivo 1.595 de Eugênio Rocha (25.01.1952): parecer do deputado Lima Figueiredo (PSD-SP) na Co-

missão de Segurança Nacional; projeto Bilac Pinto (jun. 1952); síntese do substitutivo 1.595; condições entre o projeto Bilac Pinto e o estatuto da UDN; uma forma de agressão da UDN a Vargas; divisão de responsabilidades com o Congresso Nacional; conflitos de pontos de vista com Rômulo Almeida; o projeto no Senado; a Emenda 32 do senador Ismar de Góis Monteiro (PSD-AL); uma antecipação dos contratos de risco; impugnação, pela Câmara, das emendas do Senado: a comissão especial, o parecer de Lúcio Bittencourt (PTB-MG) e o do deputado Antônio Balbino na Comissão de Constituição e Justiça; tentativa de desestabilização do movimento nacionalista: ameaças anônimas aos deputados e processos de corrupção eleitoral em São Paulo; razões para a nomeação de Juracy Magalhães para presidente da Petrobrás; reforma de oficiais proposta por Estillac; recusa definitiva de Vargas; pressões norte-americanas sobre Vargas em relatórios confidenciais do Departamento de Estado; a previsão do Wall Street Journal: revogação da Lei 2.004 pelo governo Café Filho; o editorial do The New York Times; o suicídio de Vargas como fator de preservação do monopólio; tentativa de modificação da política do petróleo no governo Juscelino: reunião com os generais e intervenção do general Pery Constant Bevilacqua; a contratação, pela Petrobrás, do geólogo norte-americano Walter Link; a gestão Ernesto Geisel na Petrobrás: predomínio de investimentos em edificações e benfeitorias sobre a exploração e produção, queda na produção de óleo e justificativa para os contratos de risco; revogação dos contratos de risco na Comissão de Sistematização da Constituinte de 1987; Brasil, país exportador de poupança; necessidade da luta pela construção da nação brasileira; impunidade da corrupção política no Brasil.

Entrevista: 21.09.1987

P.R. - Eusébio, como se deu inicialmente o seu envolvimento com o problema brasileiro do petróleo?

E.R. - Meu envolvimento com a questão do petróleo se deu mais ou menos quando cheguei na Constituinte. Eleito deputado federal e bastante jovem, o que foi há muito tempo, conseqüentemente...

P.R. - Você era o mais novo constituinte.

E.R. - É, estava com 26 anos. Comecei a examinar o problema energético e fiquei horrorizado ao verificar que mais ou menos toda a base das fontes energéticas do país era lenha, que contribuía com cerca de 78%. Então me pareceu imediatamente que o país não teria condições de se desenvolver sem resolver o problema energético. Daí eu me voltei para a questão energética.

O interessante é que minha primeira preocupação não foi diretamente com o petróleo. Minha primeira preocupação foi com o problema das areias monazíticas, que eu sabia que continham o tório, porque havia feito estudos a respeito. Então fiz um projeto proibindo a exportação de areias monazíticas, que deu um show internacional: o Departamento de Estado mandou um pedido de informação, porque o projeto, proibindo a exportação de areias monazíticas, comprometia a utilização de tório, o que prejudicava a política internacional dos Estados Unidos. Cheguei até a receber um adido da embaixada para o setor de minério, que veio me dizer que o meu projeto acabava tendo o sentido de uma dificuldade para o mundo ocidental, porque só os Estados Unidos tinham condições de desenvolvimento da energia nuclear. Foi quando esclareci a ele que não, que eu achava que os Estados Unidos não podiam assumir sozinhos a responsabilidade da defesa da democracia, que o Brasil deveria participar disso. Então eu tinha aberto uma válvula do meu projeto, que era a permissão da exportação em troca de absorção de tecnologia nuclear, porque achava que o país devia domi

nar também a tecnologia nuclear como condição para resolver o problema energético. Tive um convite para ir aos Estados Unidos, mas parece que depois, como fiquei muito intransigente no projeto, que acabou aprovado, eu não fui aos Estados Unidos. Mas o projeto foi aprovado. [risos]

M.M. - Era comum, na sua época, entre seus colegas, essa preocupação em diversificar as fontes de energia?

E.R. - Eu não diria que era muito comum, mas acho que já se começava a sentir esse problema.

P.R. - E já envolvia a área militar nessa época, Eusébio?

E.R. - Já envolvia. Eu mesmo contei surpreendentemente com o apoio de um destacado líder industrial, que era o Simonsen, o bom, evidente, Simonsen, o bom, o Roberto Simonsen, que chegou a ser senador. Sem confusões de nomes, porque ele era um homem íntegro, nacionalista. [risos] Vamos deixar sem confusão nenhuma: era Simonsen, o bom. Ele me deu uma cobertura muito grande, e eu encontrei também no Estado-Maior do Exército um apoio muito grande.

P.R. - Naquelas eleições de 1944 no Clube Militar - que parece que foi o início do envolvimento militar na questão -, em que disputaram o general Obino e o general Valentim Benício*, ainda no tempo da ditadura, o problema do petróleo já foi ventilado durante a campanha?

E.R. - É evidente que já. A questão do petróleo já se colocava sobretudo pela ação do general Horta Barbosa junto com o general Góis Monteiro e com outros generais...

P.R. - Estevão Leitão de Carvalho.

E.R. - Leitão de Carvalho e outros generais já colocavam o problema do petróleo como fundamental para a segurança nacional e para o desenvolvimento do país. Eu não tenho dúvida nenhuma de que quem levou o problema para dentro das forças armadas foi o general Horta Barbosa, que conseguiu imediatamente o apoio do Góis Monteiro e do Dutra. O Dutra se ligava a este grupo que considerava que o Brasil não deve-

* Quem disputou e derrotou o general Valentim Benício foi o general José Pessoa.

ria fazer concessões sobre o petróleo. Indiscutivelmente.

P.R. - Esse é o tema em que a Margareth está interessada: a coisa explodiu de fato dentro da Constituinte?

E.R. - É, explodiu dentro da Constituinte, e depois com o Estatuto do Petróleo. Vamos fazer o exame dentro da Constituinte: acho que o exame dentro da Constituinte é muito importante, é um exame que deve ser feito. Evidentemente havia na Constituinte um conflito de tendências. Homens como o presidente Artur Bernardes, como Velasco, eu e outros representávamos um grupo que achava que minério não dá segunda safra e que considerava fundamental uma política prudente de minério, em que as exportações fossem alíquotas que não comprometessem nem no presente nem no futuro o interesse industrial do país. E esse grupo lutou de uma maneira muito intensa. Entretanto, houve um lobby muito importante, que foi o lobby do Schoppel, Paul Schoppel hospedou-se aqui no hotel Glória, e do hotel Glória ele tinha telefone direto com a embaixada americana e com vários deputados. E representava realmente um desejo norte-americano de abrir a questão aos grupos estrangeiros. Aí é que realmente se deu uma luta muito intensa, uma luta muito grande em torno da tese de que a exploração de petróleo deveria ser feita só por brasileiros ou por empresas constituídas por brasileiros. Entretanto, um deputado de quem eu vou dar somente as iniciais por uma questão de elegância, um deputado da UDN, Ernâni Sátiro, [risos] apresentou - acho que por coincidência ou por influência de sessão espírita, não sei -, ele apresentou coincidentemente uma emenda que era exatamente a emenda que Schoppel desejava: uma emenda que alterava aquela linha nacionalista anterior do presidente Getúlio Vargas.

P.R. - O artigo 153.

E.R. - O artigo 153, exatamente. A emenda transformou-se no artigo 153 da Constituição de 46. E isto foi de uma importância decisiva na colocação do problema da participa-

ção das empresas organizadas no Brasil — eu gostaria de ler a emenda, acho que tenho aqui. O problema básico foi realmente esse: o da emenda das sociedades organizadas no Brasil.

P.R. - Ou empresas organizadas no país, diz textualmente is so.

E.R. - Ou empresas organizadas no país, diz textualmente is so. A emenda foi apresentada por Ernâni Sátiro e denunciada depois pelo presidente Bernardes, pelo Velasco* e por mim como uma intromissão de grupos estrangeiros na elaboração da Carta constitucional. E abria realmente aos grupos estrangeiros a exploração das riquezas minerais do país.

P.R. - Nós fizemos uma entrevista com o Drault Ernanny e ele nos contou esse episódio um pouco diferente. Disse ele o se guinte: que a expressão "ou empresas organizadas no país" foi acrescentada, no final, quando a emenda tinha chegado na Comissão de Redação da Câmara, e ninguém sabe realmente quem foi que acrescentou.

E.R. - Foi o Ernâni Sátiro. Eu me lembro bem, eu me recordo bem disso: a emenda foi do Ernâni Sátiro, não tenho dúvida nenhuma. Foi realmente uma posição do Ernâni Sátiro a respeito.

P.R. - O Drault Ernanny nos contou também que o Melo Viana reuniu os líderes dos partidos para pedir que silenciassem a respeito do assunto, e o Bernardes disse que não silenciaria.

E.R. - É lógico. O Bernardes teve uma posição muito clara nesse sentido, uma posição muito correta, uma posição muito corajosa. Acho que isso foi indiscutível: a posição dele foi absolutamente... Agora, eu me lembro bem que a emenda foi do Ernâni Sátiro.

M.M. - Dr. Eusébio, o senhor falou do lobby do capital estrangeiro. Esse lobby chegou a procurar pessoalmente algum dos deputados do grupo nacionalista?

* Refere-se ao deputado Artur Bernardes, ex-presidente da Republica, e ao senador Domingos Velasco.

E.R. - Acho que não. Eles eram bastante inteligentes para saber que era uma perda de tempo e até um comprometimento. Eles, nessa parte, realmente não procuraram ninguém do grupo nacionalista. Mas foi o Ernâni Sátiro quem apresentou a emenda, tenho certeza.

P.R. - Agora, esse dispositivo não é novo, Eusébio, porque ele repetiu o texto da Constituição de 34.

E.R. - Repetiu o texto da Constituição de 34, mas contrariou a de 37. A Carta de 37 estabelecia nesse sentido a participação de empresas constituídas por brasileiros. Então mantinha realmente a tese nacionalista na sua pureza e na sua exatidão.

P.R. - Exato. Não existia a expressão "ou empresas organizadas no país".

M.M. - Quer dizer que o senhor considera que houve um retrocesso em relação à Carta de 37?

E.R. - Houve indiscutivelmente um retrocesso nesse sentido. Houve um grande retrocesso. E o surpreendente é que o sr. Schoppel acabou condecorado com a Cruz do Cruzeiro do Sul em 5 de novembro de 1946, por sugestão do sr. João Neves da Fontoura. [risos] De modo que estas coisas assim são raras! Mas a emenda do Ernâni Sátiro é exatamente a seguinte: "As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros" - acho que o patriotismo está completamente satisfeito - "ou empresas organizadas no país, assegurada ao proprietário preferência quanto à exploração." Esta redação prevaleceu na Constituição de 1946 e equivaleu ao artigo 119 da Constituição de 1934.

M.M. - O senhor se lembra qual era a diferença entre autorização e concessão? Porque isso é muito confuso para a gente.

E.R. - Bom, eu tenho a impressão que o problema de autorização e concessão é tão somente uma questão de uma estrutura de direito. A autorização é mais incondicional, quer dizer, você autoriza, e evidentemente essa autorização fica um pouco ao arbítrio da autoridade. Ao passo que a conces-

são, não. Você entrega a concessão por 30, 20, 25 anos, e estabelece uma estrutura completamente... Acho que essa é a grande diferença.

M.M. - O clima foi muito agitado?

E.R. - Ah, foi. Disso você não tenha dúvida. Porque o mínimo que se disse foi que isso era uma traição ao país, e que ofendia a todos os constituintes, ofendia a todos os brasileiros o fato de haver um constituinte estrangeiro, por interesse do lobby das empresas petrolíferas, redigindo a Constituição brasileira.

P.R. - Eusébio, o projeto Marighela foi apresentado na Constituinte ou já na Câmara ordinária?

E.R. - O projeto Marighela foi apresentado já na Câmara.

M.M. - Em 47, não é?

E.R. - É, em 47. Em 48 foi o Estatuto.

P.R. - Mas o projeto Marighela não foi aceito pelos partidários do monopólio.

E.R. - Não, de jeito nenhum.

P.R. - Em que consistia mais ou menos o projeto, Eusébio?

E.R. - O grave equívoco do projeto Marighela é que ele realmente passou a permitir a participação de grupos estrangeiros na exploração de petróleo, quer dizer, quebrava a nossa tese do monopólio.

P.R. - Era na verdade o Estatuto, então?

E.R. - Não era bem o Estatuto.

P.R. - Mas era muito semelhante.

E.R. - Era diferente, mas tendia realmente para o Estatuto, uma tendência que me parece muito perigosa para esse setor. E eu me recordo que a participação deles foi bem acentuada: a bancada comunista apresentou o projeto Carlos Marighela, de número 422, de 7 de junho de 1947, criando o Instituto

Nacional de Petróleo e nele permitindo realmente a participação de grupos estrangeiros. As tais empresas organizadas no Brasil entraram com uma outra redação.

P.R. - Isso já em 47, quando o conflito já estava mais ou menos estabelecido, não é?

E.R. - Isso em 47, quando o conflito já estava estabelecido. Mas a questão se agravou realmente com a apresentação do Estatuto do Petróleo. Com o Estatuto do Petróleo é que a questão ficou extremamente agravada.

P.R. - Mas antes do Estatuto do Petróleo, dois dias antes da promulgação da Constituição, o Dutra baixou o Decreto nº 9.881, criando a Refinaria Nacional de Petróleo S.A.

E.R. - Mataripe, na Bahia - 2.500 barris por dia.

P.R. - Exatamente. Mas o texto do projeto dizia o seguinte: que o Conselho Nacional do Petróleo subscreveria 50% das ações, e que dentro de dois anos essas ações seriam repassadas para a iniciativa privada. Então o objetivo era privatista.

E.R. - Exatamente, o objetivo era privatista. Mas a Refinaria de Mataripe teve, a meu ver, uma importância decisiva, porque foi com essa refinaria que o grupo nacionalista conseguiu mostrar que a indústria do petróleo era uma indústria auto-suficiente, quer dizer, uma indústria capaz de se autofinanciar. Então ela exerceu uma influência muito grande. Porque o que você nota, se for examinar a questão do petróleo, ao longo dos anos - eu acharia interessante depois a gente falar realmente no começo da batalha do petróleo, no começo da luta do petróleo - , é que há sempre uma sucessão de duas posições: uma, o partido do Brasil procurando resguardar os interesses nacionais, e a outra posição procurando facilitar os grupos estrangeiros a colocarem bombas de sucção da economia nacional para o exterior. É o que a gente sente realmente nessa luta indiscutível.

Vamos ver a própria questão da bancada comunis-

ta: ela apresentou, como eu disse, o projeto nº 422, de 7 de junho de 47, permitindo a participação de grupos estrangeiros - a bancada comunista tinha realmente uma posição diferente da bancada nacionalista. E em 25 de julho de 47 o PC apresentou na Câmara dos Deputados o projeto 382, ainda de autoria de Carlos Marighela, cuja letra, dispunha sobre a constituição de sociedades de economia mista com pessoas naturais ou jurídicas relacionadas com o abastecimento nacional de petróleo. Quer dizer, entrava a Esso, entrava a Standard, entrava a Gulf, entrava tudo. Estavam consentindo na participação dos trustes, porque possuíam subsidiárias no nosso país como entidades jurídicas brasileiras.

M.M. - O PC teve apoio de outros partidos?

E.R. - Não, não teve. O projeto morreu na mão do Partido Comunista, porque eles foram cassados. Agora, o interessante é que, quando se votou a Refinaria de Cubatão, o Pomar, se não me engano, votou contra a gente.

P.R. - Por que essas atitudes, Eusébio?

E.R. - Realmente você e eu, não entendemos.

P.R. - Eu presumo o seguinte: a emenda Marighela, não sei se você concorda, teria sido uma jogada do Partido Comunista para preservar a sua legalidade ou prorrogar mais o seu tempo de convivência com os outros partidos.

E.R. - Entrar no campo das hipóteses é perigoso. [risos] Porque haveria quantas hipóteses? Que interesses? Haveria algum país interessado também em participar? [risos] E no momento em que se rompessem relações com esse país ficaria resolvido então não mais permitir a participação? [risos] Este campo das hipóteses, eu não gosto, porque é muito perigoso. Em razão da minha formação jurídica, de advogado, eu espero que as coisas sejam bem provadas, [risos] tenho medo de avançar. Mas, se for para avançar, você tem também essa outra hipótese. [risos]

M.M. - Mas os senhores, do grupo nacionalista, naturalmente criticaram.

E.R. - É lógico. Não aceitamos o projeto.

M.M. - E o que eles responderam?

E.R. - Eles sustentaram que achavam que não havia perigo. Mas, evidentemente, como foi uma criança que morreu ao nascer, não nos preocupou muito. [risos] Tínhamos mais com que nos preocupar.

P.R. - Mas quando a campanha realmente começou, em 47, com a conferência do general Horta Barbosa no Clube Militar, a posição do Partido Comunista já era diferente, não era, Eu sébio?

E.R. - Já. Vocês não achariam interessante eu colocar agora esse início da Campanha do Petróleo?

P.R. - Mas é claro, evidente. Tudo o que nós estamos fazendo até agora é exatamente um preâmbulo para ingressar nisso.

E.R. - Então eu acho o seguinte, porque sinto que não há muito esclarecimento nesse sentido. Evidentemente eu não vou me prender a este poço aqui, ou àquele ali, que foi subcomercial, o que não tem sentido dentro de uma estrutura de análise da problemática do petróleo no Brasil. Eu vou me cingir, dentro da minha exposição, àqueles elementos que, na sua ligação, mostram uma textura esclarecedora para todos nós.

Já em 1900, na costa nordestina, um geólogo alemão chamado José Bach vinha explorando os folheios do xisto pirobetuminoso. Em 1918 ele proclamou a existência de significativas reservas oleíferas naquela região - isso em 1918. Em 26 de agosto mostrou-se muito preocupado, porque surgiram dois indivíduos que começaram a acampá-lo em todo o lugar que ele ia - isto está em cartas que constam de livros, o próprio Monteiro Lobato cita no livro dele um fac-símile da carta de José Bach ao secretário de Seguran-

ça. Dias depois, quando atravessava o Riacho Doce com um canoeiro diferente, morreu afogado exatamente onde ele dizia que havia petróleo. Consequência prática: durante muito tempo não se falou no petróleo do Riacho Doce.

A viúva Bach vendeu essas pesquisas a um sujeito chamado, se não me engano, Eudíxio — não importa se não for o nome dele, é parecido com isso —, e esse Eudíxio procurou o Pinto Martins, resolvido a levar adiante a pesquisa dessa região. Com raro êxito, porque Pinto Martins conseguiu do senador Manuel de Góis Monteiro uma participação grande, e o Congresso brasileiro lhe deu, se não me engano, cerca de 20 mil contos — uma importância, 20 mil ou 200 mil contos, eu vejo depois com certeza — para ele poder levar adiante os seus estudos. Ele foi à Inglaterra, fez várias encomendas, passou pelos Estados Unidos e, chegando ao Brasil, telegrafou a seu sócio manifestando imensa satisfação, porque poderiam levar adiante as pesquisas, já com recursos. E suicidou-se num hotel no Rio de Janeiro — ou foi suicidado. [risos] Resultado prático: não se falou novamente no petróleo da região nordestina durante muito tempo.

Essas coincidências foram-se repetindo. Nós vamos ver o caso do Bazzarelli, que era um geólogo italiano em Mato Grosso; ele proclamou a existência do petróleo e a pareceu morto com um tiro na cabeça. Posteriormente houve o caso do Harry Köeller: Harry Köeller resolveu mandar uma carta ao Monteiro Lobato. Ele tinha trabalhado para uma empresa, uns trustes aqui no Brasil, e havia encontrado 12 estruturas geológicas com ocorrência de petróleo. E transmitiu isso na carta a Monteiro Lobato, dizendo que estavam tentando impedir de achar petróleo no Brasil. Monteiro Lobato, estupidamente, ingenuamente, publicou isto na primeira edição de seu livro. Uma semana depois de ele publicar, nosso amigo Köeller apareceu morto na Argentina.

P.R. — O Köeller era americano ou inglês?

E.R. — O Köeller era alemão. Essas coincidências são muito

significativas para se poder entender esse período em que os trustes não achavam petróleo e não deixavam que se achasse petróleo no Brasil. Porque no mundo inteiro, achar petróleo era privilégio da Esso, era privilégio dos trustes internacionais. Quer dizer, este é realmente um quadro que vale para entendermos a estrutura da política petrolífera no país.

Posteriormente nós vamos ter um fato interessantíssimo, que é o fato de Oscar Cordeiro, que você conhece. Com Oscar Cordeiro, nós vamos ter outra experiência muito importante. Porque há uma certa lenda, ou verdade, não sei, de que dois amigos, compadres dele, brigaram e foram à casa dele queixar-se que um tinha posto óleo no poço do outro. E ele disse para um dos indivíduos: "Como você fez isso, fulano?" "Mas eu não fiz! Eu lhe juro por Deus!" Nordeste cheio de fé, Oscar Cordeiro disse: "Então não está mentindo." Foi lá e acabou descobrindo que havia petróleo: ele é o Inácio Bastos — o Inácio tinha até conhecimentos mais aprofundados do que ele. E o Oscar Cordeiro, que era o presidente da Bolsa, e um extrovertido, pôs a boca no mundo, passou telegrama ao dr. Getúlio, passou telegrama a uma porção de gente dizendo que tinha encontrado petróleo, e mandou uma garrafa de petróleo para ser examinada pelo setor de geologia do então Departamento de Produção Mineral ao qual o setor de geologia estava ligado. Então ele recebeu uma carta do Juarez Távora, então ministro da Agricultura*, em 14 de maio de 36, à qual Juarez juntou o parecer do geólogo Vitor Oppenheim, que tinha sido vice-presidente da Esso e tinha trabalhado na Yacimientos Petrolíferos. Nesta carta Juarez Távora dizia que o pensamento do ministério era o pensamento de Vitor Oppenheim. E Vitor Oppenheim dizia que se tratava de uma região geotectônica, na qual não poderia absolutamente haver petróleo, e que o petróleo tinha sido posto lá para fazer agitação. Resultado: Oscar Cordeiro foi preso, Monteiro Lobato fez aquelas célebres denúncias e ele foi solto, foi

* Quem substituiu Juarez Távora no Ministério da Agricultura foi Odilon Braga. Depois de Odilon, já em novembro de 1937, é que entrou Fernando Costa.

preso outra vez, foi solto, foi preso outra vez... Contam-se três vezes que ele foi preso, três vezes que foi solto, e nas três vezes ele reafirmou a ocorrência de petróleo.

Nesse período, Juarez saiu do Ministério da Agricultura e entrou Fernando Costa*. Fernando Costa impressionou-se com a teimosia de Oscar Cordeiro e mandou os especialistas examinarem. Ao examinarem, descobriram que havia petróleo, que era realmente ocorrência natural de petróleo. Consta hoje na região de Lobato, que também não foi homenagem a Monteiro Lobato, o reconhecimento do Conselho Nacional de Petróleo da existência do primeiro poço petrolífero do país. Sem referência a Oscar Cordeiro. E Vitor Oppenheim foi expulso do país em virtude do seu procedimento.

P.R. - Mas a descoberta de Lobato só se deu depois da criação do Conselho Nacional do Petróleo.

E.R. - Não, foi antes, em 36.

P.R. - Não foi em 39? Mas há uma fotografia do Getúlio em janeiro de 39...

E.R. - Isso foi depois. Realmente a ocorrência de petróleo nessa região deve ter sido em 32, por aí mais ou menos, as primeiras escaramuças de Oscar Cordeiro. Em 36 veio o Juarez endossando o ponto de vista do seu geólogo. Com a entrada do Fernando Costa, descobriu-se então a existência de petróleo no Brasil. O que fica claro no país é que os trustes, hoje chistosamente chamados de multinacionais, porque não são multinacionais...

[FINAL DA FITA 1-A]

E.R. - ... são empresas que interessam ao seu país - eles contam com a embaixada americana quando são americanos, contam com a embaixada inglesa quando são ingleses, não é verdade que pertençam a várias nações - os trustes tinham o seguinte lema: não achar petróleo no Brasil nem deixar que a-

* Quem substituiu Juarez Távora no Ministério da Agricultura foi Odilon Braga. Depois de Odilon, já em novembro de 1937, é que entrou Fernando Costa.

chem. Porque as reservas que eles possuíam fora do Brasil eram mais do que suficientes para atender o seu mercado cativo. Então, achar mais petróleo seria como que pôr água para alguém se afogar, baixando o preço e diminuindo os lucros. Essa é a grande verdade.

Agora vamos entrar, já em 38, na fase do grande trabalho do Horta Barbosa dentro do Exército, quando o dr. Getúlio baixou dois decretos-leis fundamentais, um deles, o Decreto-lei 366, de 11 de abril de 38, que tornou a atividade privativa de brasileiro nato. Isso é de muita importância, porque nesse momento a Venezuela abria o seu petróleo aos grupos estrangeiros, os ditadores latino-americanos entregavam as suas riquezas aos grupos internacionais, e o presidente Getúlio Vargas, mostrando uma formação de estadista, tornava privativa de brasileiro nato a exploração de petróleo, impossibilitando a participação estrangeira. E em seguida ao Decreto 366, em 29 de abril de 38 ele criou o Conselho Nacional do Petróleo, cujo primeiro presidente foi realmente o Horta Barbosa.

Então temos esta fase e chegamos em 45: Getúlio caiu e Linhares assumiu. A queda do Getúlio, em 45, a gente fica sem entender. Porque em 1930 o Brasil era um país superendividado, sem dinheiro para importar o mínimo necessário — não tinha libra para nada. E exatamente em 45, o Brasil tinha uma estabilidade monetária muito grande, tinha uma das moedas mais fortes do mundo, tinha-se conseguido o início de Volta Redonda, quer dizer, o país tinha toda essa estrutura. É verdade que tinha ferido os interesses da United States Steel e de vários grupos americanos. Mas exatamente nessa ocasião Getúlio foi destituído. E um dos primeiros atos do Linhares foi exatamente revoogar a lei antitruste, a lei malaia, como chamavam, e abrir a perspectiva para as refinarias particulares. Foi quando surgiu a Refinaria Ipiranga, surgiu a Refinaria Drault Ernanny e surgiu a de Soares Sampaio, no Distrito Federal*.

* A Refinaria do Distrito Federal, inicialmente denominada refinaria de Manguinhos, pertencia ao grupo Drault Ernanny-Peixoto de Castro. Soares Sampaio associou-se a Correia e Castro em São Paulo e, juntos, construíram a Refinaria de Capuava. Ver entrevista de Drault Ernanny, gravada pelo CPDOC.

Sendo que da Drault Ernanny fazia parte ostensivamente Correia e Castro, que como se sabe...

P.R. - Não, era o contrário Eusébio: o Correia e Castro era do Soares Sampaio, em São Paulo. Aqui era o Peixoto de Castro.

E.R. - Não, Drault Ernanny pertencia ao Correia e Castro, testa-de-ferro da Gulf Oil.

P.R. - Não, não. O Correia e Castro era do Soares Sampaio, em São Paulo. Era de Capuava.

E.R. - Acho que aí deve haver algum equívoco, porque tenho isso anotado.

P.R. - O Peixoto de Castro é que era o sócio do Drault Ernanny.

E.R. - A Ipiranga foi criada, e o Alberto Soares Sampaio com o Drault Ernanny criaram uma refinaria industrial de dez mil barris com o Correia e Castro. Foi quando o Dutra fez o Decreto 9.881 criando a Refinaria Nacional de Petróleo de Mataripe, que produzia dois mil barris diários, mas que teve uma importância muito grande. Com essa medida do Dutra, pode-se sentir a alternância dos problemas, quer dizer, o comércio abriu, porque quem estava no Conselho Nacional nessa ocasião era o Barreto...

P.R. - João Carlos Barreto.

E.R. - ... que sustentava a participação de grupos estrangeiros no setor petrolífero. Então eles fecharam os olhos completamente a essa participação. Tenho a impressão que isto é o que eu poderia dar a vocês de elementos básicos para a luta que nós travamos nessa parte toda até 48. Depois veio a proposta do Dutra. Veja você a questão do Estatuto do Petróleo: a mensagem nº 61, de 31 de janeiro de 48 e a 62, de 4 de fevereiro de 48. O presidente Dutra mandou o Estatuto do Petróleo mais ou menos como Pilatos, porque na mensagem ele dizia: "Significativas correntes nacionais

consideraram importante a participação do capital estrangeiro. Assunto de tamanha relevância, não devo resolver sozinho. Torna-se necessário a participação do Congresso brasileiro para tal decisão." E mandou o Estatuto. Foi aí que, pela primeira vez, eu, que tinha apoiado o Dutra para a presidência da República, logo no início, fiz um discurso contra ele. E recebi um telefonema do Gabriel Monteiro da Silva reclamando: "Mas, como? Você é amigo do Dutra e faz um discurso contra ele!" Eu disse: "Não, eu não fiz contra ele. Fiz contra o Estatuto do Petróleo." "Mas ele ficou muito sentido", essa questão toda. O Mário Bitencourt Sampaio conseguiu introduzir-se - ele era muito amigo do Dutra, tanto que foi presidente do Plano Salte, e era um homem de muito boa formação nacionalista - , eu sei que pouco a pouco o Dutra foi-se convencendo que o Estatuto não convinha aos interesses nacionais. O fato é que o Estatuto ficou congelado e acabou arquivado.

P.R. - Esse é que é um fato importante: o Estatuto ficou congelado no Congresso, mas a maioria dutrista, o PSD e tal e os partidos coligados, não pediam à mesa a inclusão na ordem do dia?

E.R. - Pedir, eles tentavam pedir, mas nós criávamos as maiores dificuldades. Eu mesmo levei o projeto para minha casa e fiquei com ele três meses. Nós criávamos todas as dificuldades. Até que chegou o momento em que o próprio Dutra mandou, através do Plano Salte, a construção da Refinaria de Cubatão.

M.M. - Mas o Estatuto chegou a passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pela...

E.R. - Passou, passou por várias comissões. Mas foi passando, foi passando e passou.

P.R. - O relator era o Costa Neto.

E.R. - Exatamente, o relator era o Costa Neto, de São Paulo. O fato é que a Refinaria de Cubatão foi uma grande vi

tória nossa, porque 45 mil barris diários eram realmente alguma coisa séria. E nisto há um fato muito interessante: o Mário Bittencourt Sampaio foi mandado à França para utilizar os nossos recursos congelados lá na construção da refinaria. Você conhece esse fato?

P.R. - Conheço.

E.R. - Ah, então está bom.

P.R. - Mas precisa ser contado! [risos]

E.R. - O Mário foi para a França, conversou com o ministro francês, e o ministro disse a ele: "Olha, realmente nós temos os recursos, estamos devendo ao Brasil e vamos pagar. Mas infelizmente não podemos fazê-lo dando assistência à construção de uma refinaria. Porque o embaixador americano disse que, se a França já está tão forte que pode ajudar o Brasil a construir refinarias para estabelecer concorrência com as empresas americanas, então não está precisando mais de ajuda do Plano Marshall." Em virtude disso, foi vetado o fornecimento desses recursos à refinaria de Mataripe.

O Mário Bittencourt Sampaio pediu então ao embaixador que fizesse um coquetel de despedida. E, nesse coquetel, o embaixador americano perguntou diretamente a ele: "Ministro, o senhor então viaja amanhã para o Brasil?" Ele disse: "Não, amanhã eu vou para a Tchecoslováquia. Tenho ordem do presidente Dutra de que o Brasil tem que construir a sua refinaria de petróleo, e a Tchecoslováquia tem condições técnicas de nos oferecer a construção da refinaria. Então eu vou para a Tchecoslováquia." Surpreendentemente, no dia seguinte, o ministro francês telefonou dizendo que tinha havido uma reconsideração e que a França ia oferecer recursos para construirmos. Você vê que diferença dos homens, dos Delfins Netos atuais etc. etc.

P.R. - É o poder de barganha que existe.

E.R. - É o poder de barganha, você disse muito bem. De modo que assim foi construída a Refinaria de Cubatão, que repre-

sentou realmente uma grande vitória, uma contribuição extraordinária do presidente Dutra nesse sentido.

P.R. - Em 47, quando o Centro Acadêmico 11 de Agosto lançou as primeiras torres de petróleo no largo de São Francisco, em apoio à tese Horta Barbosa, você já estava ligado às campanhas de rua?

E.R. - Já, isso.

P.R. - O Rogê* era o presidente do Centro.

E.R. - O Rogê era o presidente do Centro 11.

P.R. - Nessa época você já se ligava às campanhas populares?

E.R. - Já, e até anteriormente. Logo que o Estatuto chegou, nós iniciamos dentro da Câmara uma luta contra ele, que precedeu a luta de rua. Imediatamente depois o Horta começa a tomar posição no Clube Militar, e houve as duas grandes conferências: a primeira foi do Juarez, defendendo a participação dos grupos estrangeiros, e depois a do Horta, combatendo. Então a luta veio no Clube Militar e depois se projetou para a União Nacional dos Estudantes, para os trabalhadores e até para setores de federações de indústrias. A de Minas, por exemplo, teve uma posição muito boa logo no início favorável ao monopólio estatal do petróleo. Isso foi criando uma consciência nacional.

P.R. - Mas o princípio da agitação do problema foi feito dentro do Congresso. Do Congresso é que ele extrapolou para a área militar e a área estudantil.

E.R. - Exatamente isso. Assim que o Estatuto chegou, recebeu o combate de vários deputados. O presidente Bernardes, eu, Velasco e outros combatemos. E o Horta Barbosa fez o grande discurso no Clube Militar praticamente em resposta ao Juarez Távora. De modo que o Congresso teve realmente uma participação muito importante no combate ao Estatuto do Petróleo.

P.R. - Eusébio, como se dava o relacionamento entre a área parlamentar e a área militar? Porque as pessoas em geral

* José Antônio Rogê Ferreira, que se tornaria presidente da UNE em 1949-1950.

se recusam a dizer como se deu este processo de mobilização. Nós temos vários casos nas nossas entrevistas: o caso da Maria Augusta*, por exemplo. Eu insisti muito com ela, porque julgamos este ponto muito importante para efeito de esclarecimento dos aspectos gerais da campanha, e ela não esclareceu na medida em que a gente necessitava. Esse processo de contato, vamos dizer assim, de conversa e de atração...

M.M. - Até porque a composição do grupo que defendia o monopólio estatal era muito diversa.

P.R. - Muito diversa, pois é. O general Raimundo Sampaio não tinha a mesma formação do general Leitão de Carvalho, nem do general Horta Barbosa.

E.R. - Não, de jeito nenhum!

P.R. - Quer dizer, são essas coisas assim; a forma de aglutinação de opiniões diferentes dentro da área militar.

E.R. - Eu tive um contato muito grande na área militar mais moça, porque fui aluno do Colégio Militar no Rio de Janeiro, e o pessoal todo que seguiu a carreira manteve muita amizade comigo. Então eu tinha um contato muito grande na área mais moça. Depois passei a ter um grande contato com o general Horta Barbosa, principalmente com o general Horta Barbosa, de quem me tornei muito amigo. O entrosamento era tão grande que eu fiz duas conferências no Clube Militar defendendo o monopólio estatal do petróleo.

P.R. - Eu assisti a uma delas.

E.R. - Porque algumas pessoas confundem. Eu, ao longo da minha vida, tenho tido que combater alguns militares. Mas, quando combato o general Geisel, eu combato pelos erros cometidos na Petrobrás e na presidência da República. Eu combato o general fulano de tal, mas não a instituição militar, porque e la apresenta em si muitos elementos identificados... Como a sociedade civil. Vamos dizer que a sociedade civil não tem um Roberto Campos? Então dentro da área militar pode haver alguns Robertos Campos! Eu estou tentando explicar a você

* Maria Augusta Tibiriçá Miranda, uma das entrevistadas no projeto.

que o que houve foi isso: o grupo nacionalista do Exército cresceu muito e se entrosou com o grupo nacionalista. Lógico que, com divergências muito grandes, mas nós fizemos a luta pelo monopólio estatal do petróleo o denominador comum! "É em torno disto que nós estamos. O resto, depois a gente discorda, segue outros rumos. Nós vamos lutar por isso. Isto é o fundamental." É realmente o que eu acho, não sei se consegui esclarecer você o relacionamento...

P.R. - Esclareceu. Eu só queria mais uma explicação complementar, que é a seguinte: não houve conflito de convivência entre o meio político, o meio estudantil e o meio militar em torno desse denominador comum a que você se refere?

E.R. - Não, não houve. Houve discordâncias. Por exemplo: evidentemente eu não concordava com o Juarez Távora. [risos] Tive discordâncias violentas com o Juarez Távora. Eu me recordo de um programa de rádio... Era habitual de quando em quando a gente ir para o rádio discordar, dávamos aqueles socos na mesa, aquelas coisas todas, e eu levava sempre muito argumento. Uma vez eu fiquei surpreendido, porque quando abri o Jornal do Brasil tinha uma página toda em que estava escrito o seguinte: "O petróleo debaixo da terra não traz benefícios a povo nenhum." Estado*, a mesma coisa. Correio da Manhã, que ainda existia, uma página inteira! Eu digo: "Então o debate de hoje tem outro sentido. Acho que os trustes querem realmente fazer disso um negócio muito sério." Procurei apressadamente reunir dados - resolvi pegar dados estatísticos da ONU, mas dados estatísticos, com certeza, sobre a Venezuela. E tive um grande debate com o general Juarez Távora a respeito. E a tantas, eu disse ao general Juarez Távora: "General, a Venezuela é um grande país, não é? Felizmente seu povo vive uma vida boa, razoável." Então ele deu um daqueles seus socos típicos na mesa e disse: "Deputado, o senhor está completamente errado! Eu estive na Venezuela! O povo vive numa miséria absoluta! É isso, é isso, é isso." "Então, general, quer dizer que o petróleo debaixo da terra e na mão da Standard não traz be

* Refere-se ao O Estado de São Paulo, órgão de propriedade de Júlio de Mesquita Filho.

nefício a povo nenhum!" [risos] No dia seguinte os jornais não deram quase notícia do nosso debate. [risos]

P.R. - Mas há um detalhe importante nesse processo todo, Eusébio, que é o seguinte: inicialmente o truste insistia na inexistência de petróleo no Brasil.

E.R. - Exatamente isso.

P.R. - Depois, numa segunda etapa, ele passou para essa posição que você está falando: o petróleo debaixo da terra não serve a ninguém. Então, como não tínhamos recursos, na suposição deles, e eles tinham...

E.R. - Como não tínhamos tecnologia, segundo diziam Juarez e os trustes...

P.R. - Pois é, mas há uma mudança de estratégia muito grande: primeiro, não existia; depois, passou a existir, mas havia falta de tecnologia, havia falta de recursos, que só eles tinham, então só eles podiam tirar. Como se processou essa passagem de uma fase estratégica para outra?

E.R. - Muito fácil! Porque depois que surgiu o petróleo na Bahia, depois que os poços começaram a ser perfurados pelo Conselho Nacional do Petróleo, finalmente quando o Conselho Nacional terminou, atingimos mais ou menos uma produção de 2.500 ou 2.700 barris diários, se não me engano, em torno disso. Quer dizer, se estávamos produzindo 2.500 barris, não era possível continuar com a mesma tese de que não havia petróleo! Os trustes são safados, mas não são burros. São desonestos, mas não são burros. Então compreenderam que a estratégia tinha que ser mudada. Não podiam dizer: "Não há petróleo no Brasil" - como tentaram fazer sempre. Passaram a dizer: "Há petróleo mas... vocês não têm recursos, vocês não têm tecnologia" - era o argumento deles. E nós mostrávamos que tecnologia se compra no mundo, e recursos, eles não estavam dispostos a investir porque não eram sociedades beneméritas e só aplicavam com muitas vantagens. E estas vantagens poderiam ficar para o nosso

povo lutar contra a miséria. De modo que explica-se perfeitamente a mudança de estratégia dos trustes diante da evidência de existir petróleo.

P.R. - Certo.

M.M. - Os defensores do Estatuto usavam o argumento da importância da transferência de tecnologia devido à nossa defasagem em relação aos países estrangeiros. Era evidente que se precisava criar aqui uma estrutura de tecnologia, criando bibliotecas e tal. O que os nacionalistas previam fazer para diminuir a defasagem?

E.R. - Primeiro: quando se conseguiu fazer a refinaria de brinquedo, Mataripe, que se pagou no primeiro ano, nós provamos ao Brasil que a atividade petrolífera era autofinanciável.

M.M. - O capital inicial para implantar a refinaria é que foi pago em um ano.

E.R. - Em um ano. Então evidente que era uma atividade autofinanciável. E com relação à questão da tecnologia, nós mostrávamos que havia no mercado mundial inúmeros técnicos de geologia que, se nós pagássemos bem, deixariam os seus empregos - porque eles têm uma formação capitalista, então onde pagam melhor. Então teríamos esses elementos que formariam técnicos nacionais. Nós mostrávamos a evidência de que podíamos resolver o problema de uma forma absolutamente nacional! Eu achei que isso foi muito importante. Nós evoluímos e conseguimos convencer. Tanto que a tendência, você pode ver qual foi: acabou se fazendo a refinaria de Cubatão.

P.R. - Era aquela tese do general Horta Barbosa, então, de que os lucros de uma refinaria seriam aplicados na pesquisa, que essa era a maneira mais prática de se explorar o petróleo de uma forma autônoma, não é isso?

E.R. - Exatamente, é lógico. A atividade petrolífera é indiscutivelmente autofinanciável e, além de ser autofinan-

R

ciável, gera grandes excedentes econômicos. Então é fundamental ter poupança para o desenvolvimento do país.

Um pequeno parêntese desordenado, mas pela oportunidade. Vocês vejam o seguinte: as recentes ocorrências de Marlim e daquela área próxima dão como reservas recuperáveis em torno de três milhões e meio de barris. Quer dizer, mais do que nossas reservas atuais. A Petrobrás gastou para localizar esse número de barris 250 milhões de dólares. Então é uma mentira se dizer que a atividade petrolífera é de grande risco. Porque hoje, através dos processos de magnometria, sismometria, geofísica, geologia, você tem condições de localização muito maiores. De modo que é por isso que a gente mostra que não é verdade. E se você acha petróleo... petróleo é dólar! Localizado o petróleo, você não tem mais problema financeiro. Foi um pequeno parêntese porque é necessário.

M.M. - Eu li uns discursos seus de junho, julho de 1948, em que o senhor denunciava a presença de conselheiros do Departamento de Estado norte-americano em vários países. O senhor tem alguma notícia da atuação deles no Brasil?

E.R. - Olha, é indiscutível. Evidentemente eles não pertencem ao serviço de espionagem de Portugal, de modo que geralmente não usam emblema. [risos] Mas essas pessoas eram indiscutivelmente um fato público. Então, quando nós chegarmos à Petrobrás, à mensagem do dr. Getúlio, vamos chegar à parte que vai explicar bem isso. Que mais nós seguiríamos agora?

M.M. - Eu queria saber se o senhor tinha algum detalhe da tramitação do projeto nas comissões de Justiça e na Indústria e Comércio.

E.R. - Acho que já podemos chegar na fase da questão da Petrobrás, quer dizer, quando da mensagem do dr. Getúlio.

P.R. - Sim, poderíamos. Mas você não tem nada a respeito da campanha da criação do Centro do Petróleo?

E.R. - Tenho muita coisa, evidentemente. O Centro de Defesa...

P.R. - Centro de Estudos e Defesa do Petróleo.

E.R. - ...E da Economia Nacional, depois foi acrescentado, exerceu uma função fundamental. Dentro da campanha, eu citaria o Jornal de Debates, que teve uma função histórica muito importante, porque concentrava realmente as informações. Todos nós escrevíamos, você também escreveu...

P.R. - Escrevi, sim.

E.R. - ...sobre a questão do monopólio estatal do petróleo. E tínhamos um jornal que exerceu uma influência muito grande, que foi o Diário de Notícias. O Diário de Notícias tinha uma posição nacionalista. Eu me lembro que uma vez, almoçando com o Dantas e com o jornalista que escrevia sempre...

P.R. - ... O Rafael.

E.R. - ... o Rafael Correia de Oliveira, o Rafael brincou com o Dantas e disse: "Quando é que você vai me dar aumento?" O Dantas respondeu: "Você é o jornalista mais bem pago do Brasil. Porque por sua culpa eu perdi toda a publicidade da embaixada americana." [risos] Eu realmente me lembro bem disso. E recorro mais ainda: quando houve aquela luta contra a Última Hora, que foi feita aquela campanha contra a Última Hora e foi instituída uma comissão parlamentar de inquérito, o dr. Getúlio me chamou e lembrou que a Última Hora era o único jornal que o defendia. E eu então disse ao dr. Getúlio que gostaria de pensar um pouco para lhe dar uma resposta. E sustentei que, em vez de tentar fazer qualquer defesa da Última Hora, era melhor que eu fizesse uma emenda ao projeto da criação da comissão parlamentar de inquérito, propondo que se apurasse não só as relações do governo com a Última Hora, mas também a relação de toda a imprensa com grupos econômicos internacionais.

A minha proposta deu um editorial do Dantas con-

gratulando-se comigo, dizendo que separava-se de mim por um abismo, porque eu era amigo do ditador e ele inimigo irreconciliável, mas que dessa vez eu tinha razão [risos] : era preciso distinguir realmente a imprensa livre, como o Diário de Notícias, que tinha sido prejudicado, essa questão toda, e a outra imprensa que se vendia aos grupos internacionais e defendia os interesses antinacionais. De modo que é muito interessante essa contribuição do Dantas, mostrando o problema da luta ao nível da imprensa, e a importância que o Diário de Notícias e o Centro de Defesa do Petróleo exerceram.

Houve inclusive o grande congresso realizado na ABI, que deu talvez o maior impacto da Campanha do Petróleo. Porque com a maior das boas vontades e pureza, ao encerrar o congresso, alguém sugeriu que levássemos as flores que ornamentavam a mesa ao marechal Floriano Peixoto, que havia dito que receberia a esquadra inglesa à bala. Muita gente achava que isso foi prosopopéia do Floriano Peixoto. Eu acho que não foi. Hoje as ilhas Malvinas estão ocupadas pela Inglaterra, e a nossa ilha não foi ocupada. Por quê? Será que foi só a frase dele? Não. Ele soube o que fez! Eu presumo que ele agiu como estadista. Porque é evidente que a esquadra inglesa poderia facilmente derrotar o Brasil, mas ocupar o Brasil, não. E os interesses financeiros que a Inglaterra iria perder com uma guerra dessas? Não compensava ocupar a ilha! Então a resistência de Floriano salvou o Brasil de ter um problema como a Argentina tem hoje. Consequentemente, é preciso que se faça justiça ao presidente Floriano! Eu não tenho visto uma análise dentro desse prisma, que eu acho fundamental que se faça! É daí que nós vamos criar uma consciência nacional e vamos mostrar que esse país não é quintal de ninguém, que temos condições de criar realmente uma nação livre, uma nação liberta, uma nação que possa construir um destino não só para si, como para o Terceiro Mundo, e que possa ser a nação líder de uma luta de renovação. Por isso mesmo nós fomos depositar as flores.

Mas os grupos econômicos internacionais, que não

vêm carimbados, manipularam a polícia, e a polícia começou a espancar os trabalhadores que estavam depositando as flores. Só não espancaram os deputados nem os generais, porque seria mais humilhante. E houve realmente incidentes. Eu mesmo tive que advertir um delegado, que puxou um revólver para mim, mas não teve coragem de atirar. Repelimos violentamente esta situação, até que o capitão Horta Barbosa, filho do general, trouxe o pessoal do Exército e pôs a polícia para correr. Eu estava inclusive com os olhos vermelhos do gás lacrimogêneo e com um galo enorme. Mas mesmo assim fui ao pronto-socorro, onde estava sendo atendida gente que queriam prender em seguida. Foi quando telefonei para o Adroaldo Mesquita — aliás, foi a senhora dele que atendeu — às três horas da manhã e consegui que afastassem a polícia. No dia seguinte, o fato sacudiu a Câmara. Então a Campanha do Petróleo galvanizou o país de Norte a Sul, em parte por causa desse incidente, no qual houve uma participação do Centro de Defesa do Petróleo. De modo que essa lembrança foi muito oportuna.

M.M. — O senhor falou sobre uma coisa interessante, que foram as manifestações públicas organizadas pelo Centro. Existia alguma composição? Eram manifestações de trabalhadores, estudantes...? Qual era a composição?

E.R. — Eu tenho a impressão que a campanha foi crescendo e empolgando vários setores. Evidentemente tinha uma base grande de trabalhadores. Mas uma base estudantil imensa ! Uma base estudantil muito grande!

P.R. — Era predominante?

E.R. — Era. Havia uma base estudantil muito grande. Tínhamos até manifestações de federações de indústrias apoiando o monopólio estatal do petróleo. E de guarnições militares! Oitenta e cinco por cento da guarnição militar do Rio de Janeiro manifestaram-se pelo monopólio estatal do petróleo em telegrama ao general Horta Barbosa! De modo que foi um movimento que, pouco a pouco, foi empolgando a nação toda. Não poderíamos dizer que era só trabalhador, só de estudan

te. Realmente a nação foi-se empolgando, se empolgando, e foi isso que fez o Estatuto ficar arquivado. Foi essa pressão. Porque só o povo mobilizado e organizado constitui uma força capaz de conter as pressões externas dos trustes.

P.R. - Há uma outra particularidade muito interessante: a quantidade imensa de câmaras municipais que se manifestaram a favor do monopólio estatal.

E.R. - Exatamente isso!

P.R. - Esta é uma coisa sobre a qual a gente até hoje não conseguiu fazer uma avaliação correta. Porque a gente sabe que as câmaras municipais são aquelas que estão mais próximas das oligarquias locais, e os vereadores normalmente são elementos representativos desses sistemas oligárquicos regionais. No entanto, a quantidade de câmaras minicipais...

[FINAL DA FITA 1-B]

P.R. - ... que se pronuciaram em toda a Campanha do Petróleo foi uma coisa fora do comum.

E.R. - Você, Plínio, como sempre, tem uma intervenção muito precisa, que eu faço questão de manifestar nesse meu depoimento.

P.R. - Obrigado.

E.R. - E você acaba de lembrar com muita oportunidade. Eu gostaria até que você recolocasse o problema para eu continuar.

P.R. - É a respeito das câmaras municipais. Apesar do fato de os vereadores serem pessoas mais ligadas aos sistemas oligárquicos regionais - é assim por tradição - , a quantidade de câmaras municipais que se manifestaram a favor do monopólio estatal do petróleo foi uma coisa imensa! Foram duas centenas, talvez mais, de câmaras municipais.

E.R. - Vou tentar explicar: primeiro, a questão do petróleo em si não incidia sobre os interesses das oligarquias lo-

cais. A defesa do petróleo tinha uma estrutura de defesa nacional, era mais abrangente. Quer dizer, não era um conflito em torno de se querer tirar a terra, de diminuir a terra, um conflito direto. Ao contrário, era de interesse nacional. E nisso, tenho a impressão que a oligarquia não tinha interesse direto.

Segundo: eu, por exemplo, adotei por critério, sempre que fazia um pronunciamento, mandava-o para todas as câmaras municipais do Brasil, porque tínhamos franquia postal. O único sacrifício era o sacrifício da impressão, que não ficava cara porque, ao falar na câmara, já estava impresso. Então eu utilizava aquela impressão feita no Diário para imprimir milhares de pronunciamentos e mandar para todas as câmaras municipais, para vários sindicatos etc. Eu adotava muito em minha estrutura de participação todos os meus companheiros, amigos, que faziam trabalhos de várias naturezas: um datilografava, outro ajudava, outro ia ao correio... Tínhamos, assim, uma equipe que fazia isso sistematicamente. Tenho a impressão que o Centro muitas vezes também fez isso. Então acho que isso criou uma situação, porque eu me lembro que muito deputado chegava perto de mim e dizia: "Olha que interessante, Eusébio. Eu estive em tal município, leram lá o seu discurso e todo mundo lá é nacionalista, também está com o petróleo! Eu também estou com vocês, ouviram?" Quem ia ficar contra os vereadores? Isso era um argumento muito convincente e criou realmente uma estrutura de nós esmagarmos o Estatuto do Petróleo.

P.R. - Por outro lado, a Campanha do Petróleo não teve, por incrível que pareça, apesar da sua projeção popular, uma influência direta nas eleições presidenciais de 1950. Porque o Getúlio, é claro, fez sua campanha sustentando veementemente o monopólio estatal. O Eduardo Gomes tinha uma posição contrária sabida. E o Cristiano Machado, acho que não tinha nenhuma.

E.R. - Foi cristianizado.

P.R. - Agora, a eleição presidencial de 1950 se deveu muito mais à popularidade do Getúlio do que propriamente...Eu estou divagando, mas quero perguntar: você acha que o problema petrolífero em si teve alguma influência, alguma determinação no resultado das eleições de 50?

E.R. - Creio que sim. Eu não diria que foi ele que elegeu o Getúlio, de jeito nenhum. O dr. Getúlio tinha por tradição uma luta nacionalista - Volta Redonda, Lei de Remessa de Lucros, denúncia do esmagamento dos interesses nacionais, posição corajosa quando a United States Steel procurou impedir a construção de Volta Redonda, que ele foi para o navio Capitânia do Brasil e deu aquela entrevista, que o Sumner Wells achou que ele ia virar a mão para o lado da direita fascista e disse: "Que quer o enigma do Sul?" E Roosevelt, muito mais inteligente que Sumner Wells, no dia seguinte, considerou a construção de Volta Redonda prioridade dos Estados Unidos. E aí conciliaram-se os interesses, o Brasil tomou posição na guerra e as tropas saíram de Natal para vencer.

Quer dizer, Getúlio era um patriota. E essa imagem de Getúlio nacionalista-patriota casou-se com a Campanha do Petróleo. Se tivesse havido um conflito, não sei o que poderia acontecer. O campo das hipóteses, eu tenho muito medo de ficar nele. Mas posso garantir que, como havia um casamento, desse casamento proliferou a vontade nacional. Eu acho que a Campanha do Petróleo foi um coeficiente, porque Getúlio era favorável ao monopólio estatal do petróleo. E Eduardo Gomes, ao contrário; o estatuto da UDN era textualmente favorável à participação de grupos estrangeiros na exploração do petróleo. De modo que eu respondo a você dessa forma.

M.M. - Agora voltando um pouquinho atrás: e a Missão Abbink, como foi vista no Congresso em relação à questão do petróleo?

E.R. - A Missão Abbink, eu não diria que ela teve uma in-

fluência direta na questão do petróleo. É minha impressão. A Missão Abbink foi mais um estudo de entrosamento dos interesses americanos junto ao Brasil. E o relatório da Missão Abbink foi muito importante. É pena que eu não o tenho memorizado. Mas ele revelou mais ou menos o seguinte: que para uma entrada mais ou menos de um bilhão e tanto de...

P.R. - ...Dólares?

E.R. - Não. A moeda da época era...?

P.R. - ...O cruzeiro.

E.R. - Então 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros correspondem a uma saída em pagamento de cerca de 17 bilhões. A Missão Abbink trouxe essa contribuição de mostrar que, nas trocas internacionais, o Brasil tinha sido sempre o país que mandava para fora a sua poupança em nome da necessidade do capital estrangeiro. Entretanto, eram bombas de sucção da economia. Mas no setor de petróleo propriamente não houve uma posição que se pudesse dizer que tivesse tido pelo menos reflexos muito grandes.

P.R. - Sim. Mas houve um aspecto, não sei se você concorda, no sentido de que o governo dos Estados Unidos achava que o conflito coreano iria realmente desencadear o terceiro conflito mundial. E, com base nessa suposição, nessa afirmação, o petróleo e outras matérias-primas brasileiras deviam ser resguardadas para a suposta defesa do mundo ocidental. A pressão norte-americana exercida sobre o governo brasileiro nessa época teve realmente esse aspecto?

E.R. - Eu me lembro que, no Brasil, o pai dessa idéia da guerra coreana ser desencadeada foi, se não me engano, o então presidente do Banco do Brasil... Silveira... Como era o nome dele?

P.R. - Guilherme da Silveira. Esse foi do tempo do Dutra, não é?

E.R. - Guilherme da Silveira, do tempo do Dutra ainda. O Guilherme da Silveira foi o responsável pelo esgotamento

das nossas divisas nos Estados Unidos. Porque nós nos tornamos credores dos Estados Unidos, credores da Inglaterra, credores da França. O governo do Getúlio Vargas deixou o Brasil credor de todos esses países. Com relação aos Estados Unidos, o Guilherme da Silveira fez uma manobra e convenceu o pobre do Dutra que a Guerra da Coreia ia ser desencadeada, de modo que as divisas que nós tínhamos com os Estados Unidos iam ser gastas de qualquer maneira. Foi quando nós passamos a importar plásticos, importamos até io-iô! Gastamos as nossas divisas, que eram para organizar a nossa infra-estrutura de desenvolvimento industrial, exatamente nessa loucura! E foi na fase dele.

P.R. - Compramos ferrovia já desgastadas também, não é?

E.R. - É da Inglaterra, nós recebemos o ferro-velho das ferrovias caindo aos pedaços. Não houve realmente uma resistência no sentido de se estabelecer o interesse nacional. Tenho a impressão de que seria importante agora eu estudar a mensagem de Getúlio Vargas.

P.R. - Exato. Agora, sim.

E.R. - Bom, a mensagem do presidente Getúlio Vargas na Câmara dos Deputados consistiu uma surpresa para mim, porque o dr. Getúlio Vargas tinha-me honrado sempre em me ouvir em matéria de petróleo. Logo que ele assumiu a presidência da república, ele me convidou a ir a Petrópolis para almoçarmos e disse francamente que queria me ouvir sobre a possibilidade de nomear o Juracy Magalhães para o Conselho Nacional do Petróleo. E eu disse o seguinte: "Dr. Getúlio, no momento em que o senhor me honra em confiar em mim para emitir essa opinião, eu não tenho o direito de responder simplesmente o que eu possa presumir que seja o seu desejo. Eu tenho que consultar os interesses do país e os seus interesses. Tenho realmente que opinar dentro dessa perspectiva. E, tendo em vista que a sua posse esteve ligada ao grupo nacionalista do Exército... Porque no momento em que o Aliomar Baleeiro criou a tese da maioria absoluta e que

nós os combatemos na Câmara como "as carpideiras da democracia"*, e que o general Estillac Leal deu uma bela entrevista, dizendo que depois de jogada a partida não se mudam as regras do jogo, isto foi decisivo! Então, se o grupo nacionalista tem essa posição em relação ao senhor, e se dos seus primeiros atos for nomear o Juracy, o nosso inimigo, o que nos combateu, eu tenho a impressão que isso não vai refletir bem. Nem para o senhor nem para o país. Mesmo se o senhor me dissesse que teria o controle sobre o Juracy. Nesse sentido. De modo que a mim me parece realmente isso." Aliás, depois eu conversei sobre este assunto com o Estillac, e tive uma conversa muito interessante com o presidente do Banco do Brasil de São Paulo, a quele rapaz...

P.R. - ...Ricardo Jaffet.

E.R. - ... Ricardo Jaffet. Fui conversar com ele sobre a nomeação de um amigo meu para gerente do Banco do Brasil em Bauru, e lá estava o Geraldo, diretor de O Mundo.

P.R. - Geraldo Rocha.

E.R. - Geraldo Rocha, diretor de O Mundo. E estávamos conversando, quando chegou o Juracy, que virou-se para o Geraldo e disse: "Geraldo, você sabe que eu não fui para o Conselho Nacional por causa do Eusébio, que vetou o meu nome? Não foi, Eusébio?" Eu disse: "Mas você não está na Vale do Rio Doce?" Ele disse: "Estou." "E você não está bem lá?" "Estou." "Eu sabia que você ia preferir a Vale do que o conselho." [risos]

Portanto, eu estranhei muito quando a mensagem criando a Petrobrás chegou à Câmara, embora eu soubesse que estava-se cogitando do assunto. Então dei ordem para me avisarem assim que chegasse qualquer coisa sobre petróleo. E fui avisado. Eu me recordo que foi numa sexta-feira, mais ou menos que eu falei com Rui de Almeida, você se lembra, era secretário na Câmara, tinha sido professor no Colégio Militar e era meu amigo: "Olha, estou sem car-

* Expressão usada pelo grupo nacionalista no Congresso para qualificar os parlamentares da UDN.

ro, deixei meu carro em São Paulo, preciso ir a Petrópolis falar com o dr. Getúlio. Telefonei para ele, ele já marcou e eu vou à tarde. É urgente." "Você vai com o carro da Câmara, tudo bem." Fomos.

Chegando em Petrópolis, eu disse: "Dr. Getúlio, estou preocupado porque o artigo 13, item 4, do seu projeto fere a sustentação da sua mensagem. Porque a sustentação da sua mensagem é totalmente nacionalista! Mas esse artigo permite a participação de empresas organizadas no Brasil, o que realmente é a anulação de toda a sua legislação nacionalista desde 1938." Ele disse: "Mas, como? Tu não fostes ouvido sobre a mensagem?" Eu disse: "Não." "Mas eu determinei ao sr. Rômulo Almeida que não mandasse a mensagem sem ouvi-lo!" Eu disse: "Mas ele não falou nada comigo." Aí ele chamou o Rômulo e determinou que ele fizesse uma reunião no meu escritório, aqui na Presidente Vargas. Nós fizemos uma reunião com o Rômulo, o Neiva Figueiredo, o Jesus Soares Pereira, o general Horta Barbosa, general Leitão de Carvalho e eu. Nessa reunião, que foi até às quatro horas da tarde, mais ou menos, não houve possibilidade de acordo.

Eu voltei ao dr. Getúlio e disse que iria fazer um substitutivo procurando reajustar melhor o projeto à sustentação da mensagem. E foi quando eu contei isso à Câmara dos Deputados, ele me disse que quanto mais nacionalista fosse o projeto e mais impedisse o enriquecimento de poucos, mais corresponderia ao desejo dele. Eu, então, fiz o projeto. Você poderá examinar pelas datas mais ou menos como se deu a tramitação do problema. Veja que a mensagem do dr. Getúlio foi de número 469, de 6 de dezembro de 51 — "Presidente Getúlio Vargas aos senhores membros do Congresso Nacional." A mensagem encaminhou ao Congresso os seguintes projetos: "Projeto 1.516, de 6 de dezembro de 51, dispõe sobre a constituição da sociedade por ações Petróleo Brasileiro S/A e dá outras providências"; e o "Projeto 1.517, de 6 de dezembro de 1951, que provê recursos para o Progra

ma Nacional do Petróleo e para o Fundo Rodoviário Nacional". O meu projeto, de número 1.595, foi apresentado em 25 de janeiro de 52.

P.R. - Um mês e meio depois.

E.R. - É, de dezembro de 51 para janeiro de 52. Em 7 de março, a Comissão de Segurança Nacional da Câmara, examinando os dois projetos, 1.516 da mensagem presidencial e 1.595 do deputado Eusébio Rocha, tendo como relator o general Lima Figueiredo, expôs o seu pensamento no item 4: "Analisando e dissecando e comparando e pesando o projeto do deputado Eusébio Rocha, somos levados a aceitá-lo, porque atende de modo absoluto às necessidades prementes da nossa nacionalidade, sem correremos o risco de cair na boca do leão, levados pelos nossos próprios pés." Isso foi em março. Em junho, o Bilac apresentou um projeto praticamente no mesmo sentido do meu defendendo a tese nacionalista. Mas tinha-se fixado já na Comissão de Segurança e no Parlamento a certeza de que não se aceitava a participação de capital estrangeiro, que a tese era do monopólio estatal do petróleo. Então o meu projeto deferiu o monopólio tal qual se encontra na Lei 2.004, de 3 de outubro de 53. Então esta luta, na qual eu contei com o apoio do presidente Bernardes, com o apoio unânime da Comissão de Segurança, foi muito importante, porque marcou a definição do monopólio estatal do petróleo.

P.R. - Basicamente o seu substitutivo propunha que as ações que não pertenceriam à União passassem à responsabilidade dos estados, municípios e autarquias.

E.R. - Também participavam os estados, municípios e autarquias. Sobre recursos financeiros; eu fiz também uma mudança no projeto. Os meus recursos financeiros vinham mais da aquele empréstimo compulsório da gasolina. Então eu obtinha recursos sem onerar de outra forma as estruturas financeiras do país, que já estavam sobrecarregadas.

P.R. - O proprietário de veículo, ao comprar a gasolina...

E.R. - Isso, exato, exatamente. Foi aí que eu fiz o plano financeiro da Petrobrás, que me pareceu muito importante. Agora, eu tenho a impressão, salvo orientação que vocês me dêem, que um dos aspectos muito importantes para examinarmos seria o problema do contrato de risco.

P.R. - Antes disso, nós ainda temos algumas dúvidas: uma delas, por exemplo, é a seguinte: porque que a UDN, que é um partido em cujo estatuto constava a ampla liberdade para o capital estrangeiro, apresentou um projeto do tipo daquele que o Bilac apresentou, em que a diferença com relação ao seu parecer era apenas no tocante à distribuição? A UDN queria criar uma situação difícil para o governo? Desculpe a hipótese mas... [risos]

E.R. - Eu partia sempre do princípio de que as pessoas faziam as coisas voltadas para o interesse nacional. Acreditei que o Bilac Pinto comandou a "revolução dos anjos". Certamente ele se convenceu. Porque eu fui à casa do Afonso Arinos, almocei com ele para mostrar o meu projeto, e ele achou que estava certo, achou que devia apoiar, essa questão toda, foi claro. O Bilac Pinto também achou, tanto que assinou o projeto. O Aliomar teve uma posição um pouco diferente: eu mostrei o projeto ao Aliomar e ele disse: "Olha Eusébio, para mim petróleo é política. Se a UDN quiser que eu vote de um lado, eu voto, se quiser que eu vote do outro, eu voto." Então, diante desse convívio interno do Parlamento, eu acredito que houve também uma "revolta dos anjos". Quer dizer, houve alguns deputados que se convenceram do interesse nacional e agiram. Agora, se isso trazia um benefício, um dividendo político de ferir o Getúlio, porque na mensagem dele tinha a participação dos capitais estrangeiros... é possível que muitos tenham usado com esse objetivo político.

Entretanto, de certa forma eu salvei a situação porque, afinal quem primeiro apresentou o projeto defendendo o monopólio foi um amigo pessoal do dr. Getúlio, que disse à Câmara inclusive que o presidente estava de acor-

do. É verdade que nessa ocasião o Cerdeira me deu um aparte, ficou até inteligente, coisa que ele não era, [risos] foi ele, não quero acreditar que tenha sido soprado, de jeito nenhum. Porque ele entendia muito de ganhar dinheiro e de receber empréstimo. E como ele estava recebendo muito empréstimo do Banco do Brasil, acho que estava mais fanático pelo dr. Getúlio do que eu. Então me deu um aparte que parecia, assim, um aparte realmente desagradável. Porque ele virou-se e disse: "Mas, deputado, Vossa Excelência foi constituinte; Vossa Excelência é o regimentalista dessa casa, como é que Vossa Excelência explica essa nova forma de o Executivo se entrelaçar com o Legislativo? Porque o Executivo sempre falou ao Legislativo pelas mensagens. E agora está falando através da palavra honrada de um deputado, mas é a palavra de um deputado! De modo que Vossa Excelência parece que está inovando muito neste setor." Eu não tive outro jeito a não ser sintetizar e dizer: "Tenho a impressão de que posso explicar ao colega. É que evidentemente o senhor presidente da República é um homem que não se deixa dominar simplesmente pelo argumento da autoridade, mas pela autoridade do argumento. E Vossa Excelência fica realmente com o argumento da autoridade." Aí foi uma risada geral! [risos] Foi uma risada geral!! E passamos adiante.

Veja você a luta que se travou! Mas você tem razão. É possível que tivesse havido interesses em desgastar o Getúlio em torno disso, mas Getúlio saiu completamente ileso, a meu ver. Porque no momento em que ele sancionou a lei, ele respeitou a decisão do Congresso, provou aquilo que eu tinha dito, que ele queria realmente um projeto mais nacionalista.

P.R. - Agora, como o assunto era muito importante, era um assunto polêmico, um assunto que gerava atritos internacionais, a impressão que eu tenho é que o presidente queria dividir a responsabilidade dele com o Congresso Nacional.

E.R. - É lógico, isso é indiscutível. Indiscutível. Agora, que essa colocação fica um pouco inexplicável, fica. O Rômulo, inclusive, hoje é meu amigo, tem posições muito boas, eu quero muito bem ao Rômulo, e ele tem a sua formação cultural vinculada a um grande ministro, que foi ministro do Jango, morreu de câncer...

M.M. - San Tiago Dantas.

E.R. - ... San Tiago Dantas. [risos]

M.M. - Era isso que eu queria perguntar: o senhor falou na quela reunião, e eu queria saber se a resistência ao acordo foi da assessoria.

E.R. - Foi. Tanto que eu tive conflito com o Rômulo Almeida na ocasião. Hoje, não. Inclusive eu fiquei muito sensibilizado quando fui fazer uma conferência na Bahia e ele foi me receber no aeroporto. Então eu considerei esse fato passado. Mas houve conflito! Houve momento em que eu tive que dizer no rádio: "Você traiu o presidente, mas a nação não vai ser traída, porque eu não consinto!" Quer dizer, houve conflito. Se você pegar os muitos livros que são divulgados por aí, você vai verificar que eu disse a ele inúmeras vezes na comissão: "O projeto que você está fazendo permite a participação de capitais estrangeiros!" "Ah, mas num limite que não compromete." Então ele reconhecia a participação de capitais estrangeiros. De modo que eu não posso deixar de conflitar essas coisas. Agora, há muita coisa que é secreta. [risos] São coisas que um dia eu posso conversar com o Plínio, com você, mas fora de depoimentos. [risos]

P.R. - Uma delas, por exemplo, teria sido a virada de posição do general Lima Figueiredo, que você me contou uma vez? [risos]

E.R. - Exatamente isso. [risos]

P.R. - Eusébio, quando essas emendas foram ao Senado, o comportamento do Senado foi inteiramente diferente da Câmara

ra?

E.R. - Não. Houve uma reação nacionalista também no Senado. O Pasqualini teve uma posição boa, outros tiveram posições boas. Mas a verdade é que veio uma emenda, que eu acho da maior relevância, que foi a Emenda 32.

P.R. - Do Ismar de Góis Monteiro.

E.R. - Do Ismar de Góis Monteiro. Eu acho que a Emenda 32 do Góis Monteiro é de uma importância decisiva para entendermos a questão da Câmara e do Senado. A Emenda 32, aprovada pelo Senado, dizia exatamente o seguinte: "Poderá o governo, ouvido o Conselho Nacional do Petróleo, contratar, por intermédio da Petrobrás, com empresas de reconhecida idoneidade técnica e financeira, trabalhos de pesquisa, perfuração e extração mediante pagamento em dinheiro ou em espécie, inclusive garantia de participação nos produtos da exploração, de modo a assegurar compensação nos riscos."

P.R. - Era o contrato de risco!

E.R. - Então nesta Emenda 32 está o contrato de risco. E o que aconteceu com a Emenda 32? Eu fiz parte da restritíssima comissão especial...

P.R. - A comissão dos 26, era isso?

E.R. - Tenho a impressão de que era menor. Em todo o caso, não tenho certeza. Se quiser os nomes de todos os deputados, eu tenho, até posso ler.

P.R. - Claro! Isso é importante.

E.R. - "Em 14 de julho, através da Resolução 327, o presidente da Câmara dos Deputados Nereu Ramos autorizava a formação de uma comissão especial, composta de 17 membros, que, em substituição às competentes comissões permanentes, era encarregada de dar parecer sobre as emendas oferecidas pelo Senado. Era composta dos seguintes parlamentares: Meneses Pimentel, presidente, Lúcio Bittencourt, relator, Daniel Faraco, Maurício Joppert, Rodrigues Seabra, Lima

Figueiredo, Jaime Teixeira, Olavo Bilac, Lafaïete Coutinho, Eusébio Rocha, Osvaldo Fonseca, Moura Resende, Herbert de Vasconcelos e Coelho de Sousa." Pois bem: esta comissão deu parecer nas emendas do Senado. E vale a pena a gente verificar como foi tratada a Emenda 32.

P.R. - Porque essas emendas do Senado voltavam à Câmara, não é isso?

E.R. - Exatamente. Vale a pena! Inclusive o pronunciamento do Lúcio Bittencourt foi muito importante nessa parte. "A de número 32" - disse Lúcio Bittencourt - "tem por fim anular todos os controles opostos à interferência alienígena, facultando a ação das empresas estrangeiras e permitindo participarem dos produtos da exploração." E acrescenta mais: procurando manter no projeto o espírito do monopólio estatal, o relator condenou a emenda em seu parecer, considerando-a absolutamente "inconstitucional, imoral e contrária aos interesses nacionais". Tanto que ela foi rejeitada unanimemente pela comissão.

P.R. - E depois foi a plenário?

E.R. - Foi a plenário, e o plenário manteve o parecer da comissão, o que prova que os contratos de risco são inconstitucionais e não podem gerar direitos.

P.R. - Certo. Agora, essas emendas do Senado foram também à Comissão de Constituição e Justiça, não foram?

E.R. - Foram.

P.R. - O relator era o Balbino?

E.R. - O relator era o Balbino. Que eu me lembre, era o Balbino.

P.R. - O Balbino faz muita questão de acentuar a sua participação no relato que ele fez impugnando as emendas do Senado. Então eu gostaria muito que você fizesse uma apreciação sobre a posição do Balbino na comissão.

E.R. - Eu achei muito boa a posição do Balbino. Não tenho nenhuma restrição, ao contrário. O Balbino era mais um técnico, não era homem muito de plenário, de agitação, não era assim como o próprio Lúcio Bittencourt, mas sempre teve uma posição, a meu ver, muito correta ligada ao monopólio estatal do petróleo.

P.R. - Eusébio, eu queria fazer uma pergunta que é de natureza um pouco pessoal, mas que envolve uma situação política muito importante: depois de 1954, depois que a Petrobrás foi aprovada e entrou em execução, parece que houve uma concentração de recursos em São Paulo para evitar o retorno à Câmara daqueles deputados que haviam votado a favor do monopólio estatal. E, segundo me disse o José Oscar*, conversando comigo uma ocasião, era particularmente em cima de você essa campanha.

E.R. - Foi verdade.

P.R. - Evidentemente eles não conseguiram isso em outros estados, porque em Minas o Lúcio Bittencourt foi eleito senador e tal. Mas houve uma preocupação de desmobilizar as coisas em São Paulo. A impressão que fica é que São Paulo era um estado-chave, e eles achavam que, desarticulando qualquer movimento político no estado que pudesse entrar em conflito com as posições deles, eles teriam desarticulado a metade do movimento brasileiro. Acho essa explicação muito importante, porque nós temos verificado que, principalmente na década de 50, isto aconteceu com muita frequência. Eu gostaria que você desse uma opinião a respeito, porque a questão envolve sem dúvida nenhuma a Campanha do Petróleo. Isso aconteceu depois da Campanha do Petróleo e voltaria a acontecer mais tarde, em 1958, com a derrota da Frente Parlamentar Nacionalista, quando Jânio elegeu Carvalho Pinto governador e tal.

E.R. - Eu não tenho dúvida quanto a isso. Eu me recordo perfeitamente, e nem traria isso a debate se você...

[FINAL DA FITA 2-A]

* José Oscar Pelúcio Pereira, líder estudentil da faculdade de Direito de São Paulo e amigo do entrevistado.

E.R. - ... não levantasse a questão. Quando fiz o substitutivo, passei a receber telefonemas na minha casa com ameaças: ameaça de rapto de filho, ameaças a mim. Uma vez que eu devia comparecer a um grande comício no Castelo - você deve se lembrar desse comício - , cheguei em casa e encontrei minha esposa muito nervosa, dizendo para eu não ir, porque tinham telefonado para ela dizendo que, se eu fosse, a ordem era me eliminar. E até voltaram a ligar - porque ela tinha dito que eu estaria em casa na hora do almoço - falaram comigo. Eu disse: "Olha, eu estava quase me convencendo do seu apelo, uma vez que você disse que não queria me matar porque eu tinha filhos, que só queria que eu não fosse ao comício. Eu compreendi realmente a sua bondade de coração para comigo. Mas, de repente, eu me lembrei que podia morrer em casa de dor de barriga. E seria uma tristeza para mim perder a oportunidade de morrer num comício, na hora que meu projeto acaba de ser aprovado! Não faça isso! Eu vou ter que morrer um dia! É a hora certa de eu morrer! Você vai permitir que eu vire estátua! Quer coisa melhor para um homem público, para um político? Faça, cumpra o seu dever, porque eu estarei lá rigorosamente! Para a sua tranquilidade, vou desarmado." E não aconteceu nada.

Mas em São Paulo a corrupção foi tremenda. Havia, por exemplo, um clube de Vila Maria que sempre me apoiou. Esse clube recebeu naquela ocasião uma importância tão grande que deu para eles comprarem um estádio. [risos] Deu para comprarem um estádio. E parece que o argumento convenceu, porque a minha votação em Vila Maria baixou muito. [risos] Aliás, foi a votação mais baixa que eu tive em São Paulo, depois da vitória do monopólio estatal do petróleo.

P.R. - Essa campanha partiu dos Diários Associados?

E.R. - Também. Mas não eram só os Diários Associados. Havia uma estrutura organizada de corrupção. Mas de corrupção mesmo! De fornecer bens, de ataques, essa coisa.

P.R. - Parece que isso existiu até 1964.

E.R. - Agora ainda existe, eu não tenho dúvida nenhuma.

P.R. - Há um ponto muito importante, que eu até conversei com a Margareth, que é o seguinte: por que o Getúlio nomeou o Juracy Magalhães o primeiro presidente da Petrobrás, quando se pensava que ele podia dar isso para um político do PTB, por exemplo, ou a alguém indicado pelo partido ou pelas forças políticas que o apoiavam? Teria sido uma forma de conquistar a UDN? Uma forma de atenuar as pressões?

E.R. - Eu tenho para mim, e isso posso dizer, porque houve um momento em que nós tínhamos uma estrutura de poder muito forte... Veja você, Plínio: eu era o presidente do PTB - o bom, por favor não confundam com esse que está aí, que não é PTB -, o Danton ministro do Trabalho, e praticamente com a força de primeiro-ministro - você se lembra disso - , e o Estillac ministro da Guerra. Então o grupo nacionalista estava na estrutura do poder. Entretanto, pouco a pouco, acho que foram convencendo o Getúlio de que ele não resistiria com esse grupo, o que, a meu ver, foi o grande equívoco do dr. Getúlio. A meu ver foi o grande equívoco. Porque o próprio Estillac queria reformar vários oficiais, era ponto de vista dele que estavam realmente incidindo em manifesta indisciplina, e o Getúlio não deixou. Acho que o Getúlio voltou com a síndrome da ditadura. Tinha horror de ser chamado novamente de ditador.

P.R. - É o que o Tancredo disse no depoimento dado a mim e à Valentina. Ele disse exatamente isso que você está falando.

E.R. - Interessante! Eu não sabia desse depoimento do Tancredo. Que coisa interessante! Isso me satisfaz, porque eu tenho pelo Tancredo muita admiração, por sua inteligência. Então, nas conversas que eu tive com o dr. Getúlio tentei levá-lo a autorizar o Estillac. O Estillac me dizia: "Eu faço! Mas sou um militar, só faço com ordem do presidente." Eu dizia: "Faz! O dr. Getúlio é homem que, se der certo, ele apóia você. Se não der certo, ele mete você na cadeia. Mas não tem importância, é um risco que você vai correr." [risos] E ele respondia: "Não, eu sou um militar. Não faço

sem ordem. Agora, vindo a ordem, eu tomo as medidas." E o dr. Getúlio, de jeito nenhum quis dar a ordem. Eu me lembro até que, quando conversei com ele neste sentido, eu disse: "Mas, dr. Getúlio, o senhor vai acabar evidentemente esmagado por esse pessoal." E ele virou-se e disse: "Tu te recordas como os árabes antigos puniam os criminosos de morte?" Eu disse: "Não, dr. Getúlio." "Eles amarravam o criminoso ao cadáver, peito com peito, sexo com sexo, pernas com pernas, e deixavam no deserto." Aí chegou alguém e a coisa encerrou-se. Quando ele suicidou-se, eu percebi. Ele jogou o cadáver dele, quer dizer, ele já tinha o plano de jogar o cadáver dele e virar a mesa como virou. Virou completamente. Ele tinha uma estratégia que, a meu ver, não era a melhor, mas eu respeito. Ele era um grande gênio político. Ele tinha realmente essa estratégia; ele não quis mais...

Outra coisa muito importante que ele me disse foi durante uma viagem de avião que fizemos para o Sul. Eu andava muito constrangido para fazer essa pergunta, porque isto foi logo no início, eu era muito jovem e achava indelicado, quase descortês, fazer essa pergunta a ele: como ele pôde ser derrotado em 45, tendo, como ditador, tudo na mão? Eu tinha uma vontade de perguntar isso a ele, mas levei talvez um ano para fazer essa pergunta. Numa hora em que a gente estava conversando, aquela coisa toda, aquele bate-papo informal, eu contornei com muita delicadeza: "Dr. Getúlio, não me leve a mal, o senhor sabe que eu sou muito jovem, talvez seja até irreverente, mas eu tenho muita vontade de saber isso." E ele respondeu: "Porque quando se tem tanto poder na mão, normalmente somos os mais mal-informados de todos."

M.M. - Dr. Eusébio, o senhor falou no suicídio, e eu me lembrei que uma das crises que antecederam o suicídio foi uma tentativa de revogação da Lei 2.004. O senhor acha que o suicídio consolidou a tese nacionalista?

E.R. - De certa forma contribuiu muito. Você tem a prova

indiscutível de que os interesses norte-americanos agiram contra o dr. Getúlio Vargas; você tem um documento que eu considero da maior relevância que mostra que os Estados Unidos eram contra o monopólio do petróleo brasileiro. "Washington - Os documentos publicados ontem" - quer dizer, em 23 de janeiro de 1973 - "pelo Departamento de Estado revelam que o governo americano tratou discretamente, há 25 anos, de impedir a promulgação de uma lei petrolífera nacionalista no Brasil. Segundo os documentos, até ontem considerados confidenciais, o secretário de Estado George Marshall interveio diretamente junto às autoridades do Brasil tentando convencê-las de que a legislação era inaceitável para as companhias petrolíferas norte-americanas." Acho que não preciso esclarecer.

Você tem mais: Getúlio Vargas morreu no dia 24 de agosto. Vamos ver o que o The Wall Street Journal noticiava em 27 de agosto: "Funcionários americanos predizem que Café Filho" - de alguma coisa, vai ver que faltou algum nome aí - "pode eventualmente abrir a possibilidade de investimentos estrangeiros nas indústrias de petróleo e de energia elétrica no Brasil" - telegrama de primeira página do Diário de Notícias no dia 28 de agosto de 54. O New York Times se manifestou da seguinte maneira em 8 de setembro: "O Brasil tem que corrigir as políticas verdadeiramente desastrosas do extinto presidente Vargas quanto ao comércio e ao trabalho" - temos que ter trabalho escravo; a pedra de toque é o petróleo. "Não é nenhum exagero dizer que, se o Brasil modificar a sua política nacionalista para o fomento de seus recursos petrolíferos jacentes, sua economia poderá transformar-se" - é lógico, em colônia. "Difícilmente poderia de novo o governo do presidente Café Filho mudar abruptamente de política num momento de fermentação nacionalista e tensão interna. Mas pode-se ter esperança no futuro." Então você pode ver que eles sentiram que a morte do Getúlio criou um clima de tensão interna incompatível com a mudança da questão do petróleo.

P.R. - Mas foi tentada no governo Café Filho através do Gudin.

E.R. - Mas foi tentada em termos, sem concretizar. É como o sujeito que tenta matar: tentaram matar a Petrobrás, mas só tentaram. Não houve um início de ato, até porque o Lott deu aquela célebre entrevista: "O monopólio estatal do petróleo é intocável."

Houve também uma tentativa no período Juscelino, não sei se vocês sabem: Juscelino reuniu generais brasileiros para conversar com eles sobre determinada questão. E o Peri Constant Bevilacqua - isso ele me contou - disse para o presidente Juscelino Kubtischek: "Presidente, o senhor, reunindo o generalato aqui numa hora em que o presidente da Argentina fala em alterar a política do petróleo da Argentina, dá-nos a impressão que o assunto é petróleo. Então eu gostaria de transmitir ao senhor o nosso pensamento sobre petróleo. Nós consideramos a questão do petróleo absolutamente intangível. O monopólio veio para ficar!" E a reunião acabou. Foi uma solução muito fácil. Então você vê que houve uma sistemática tentativa de liquidação da Petrobrás.

M.M. - Este é o segundo depoimento que nós temos que conta uma história do Juscelino tentando modificar a lei do monopólio. Mas não foi essa reunião, foi uma outra. Foi com o general Artur Levy, que foi presidente...

E.R. - É possível.

P.R. - O Juscelino, nas memórias dele, conta diferente. Ele conta que o Eisenhower, quando veio ao Brasil, pediu a ele a mudança da lei, e ele falou que, definitivamente, não faria isso, que a lei era um projeto do povo brasileiro que já estava consagrado.

E.R. - Agora, eu tenho a impressão que o Juscelino teve uma posição boa. A ação dele foi positiva. Ele fazia essas consultas porque as pressões eram muito fortes. É possível que o sujeito, numa posição dessas, queira dizer que ouviu, ou-

viu, ouviu, mas não dá. É possível que Juscelino não quisesse assumir diretamente e dizer: "Não, não temos conversa sobre isso!" Não tenho dúvida em transmitir e depois dizia: "Olha, infelizmente não deu." Porque no meu trabalho, Mensagem aos brasileiros, eu tenho o depoimento dele sobre o FMI. Uma jóia de depoimento! É uma coisa que devia ser lida atualmente. O que ele esclarece sobre o FMI é de um valor histórico inacreditável!

P.R. - O Getúlio explicou a você por que ele nomeou o Juracy?

E.R. - Ah, a questão do Juracy, que nós tínhamos fugido a ela. Eu confesso a você que nunca toquei nesse assunto com o dr. Getúlio. Eu já sentia o quadro do país muito difícil para ele, então achei que seria uma indelicadeza tocar nesse assunto. Isto me pareceu absolutamente inconveniente. Nunca toquei nesse assunto com o dr. Getúlio. Agora, a gente tem a impressão que as pressões haviam-se tornado praticamente irresistíveis. Porque veja você: ele também colocou no Ministério das Relações Exteriores o João Neves da Fontoura, que era sabidamente um homem ligado à Ultragás, uma subsidiária da Standard Oil.

P.R. - É exato.

E.R. - Então ele procurava, às vezes, nas épocas de grandes crises, amenizar com certos gestos. Mas ele fazia como a criatura que namora, namora, namora, mas não casa. [risos] Ele casava com o Brasil. Ele podia namorar com esse, com aquele, mas na hora de casar, era com o Brasil que ele casava. É isso que você sente na posição do Getúlio. E concordo com você plenamente: acho que a nomeação do Juracy só pode ser explicada por isso. Até porque, você veja as consequências da nomeação do Juracy: quem ele foi levar para o setor de geologia da Petrobrás?

P.R. - O Lima Figueiredo.

E.R. - Não. O Walter Link.

P.R. - O Walter Link, exato.

E.R. - Em certo momento, eu disse ao pessoal da Petrobrás: "Perfurem petróleo onde o Link disser que não há, porque há." Ele disse que não havia petróleo no setor de Barreirinha, no Maranhão, e achamos petróleo lá. Ele era contra as pesquisas de petróleo na Bahia e achou-se petróleo na Bahia. Quer dizer, ele teve o mesmo papel do Vitor Oppenheim, o mesmo papel de Vitor Oppenheim naquele período do Oscar Cordeiro, em que o Vitor Oppenheim, - eu contei a vocês - deu aquele parecer dizendo que aquilo não era petróleo, que não podia haver petróleo naquela região, que era uma região tectônica, incompatível com as áreas sedimentares, onde há acumulação de óleo. Deu um parecer longo, um parecer de 19 folhas, publicado naquele boletim do Ministério da Agricultura, um parecer longo! Então nós vemos que esses elementos tentaram impedir o desenvolvimento da Petrobrás.

P.R. - O Juracy conta no depoimento dele que o Link lhe foi apresentado pelo Neiva Figueiredo e pelo Irnack do Amaral, não é isso?

E.R. - Então você está começando a descobrir o fio da meada! [risos]

P.R. - Ele aprovou plenamente e disse o seguinte: que ele foi contratado com um ordenado fabuloso!

E.R. - Foi! Evidente que foi! Agora, quanto ao ordenado fabuloso, eu não tenho nada a opor, porque na ocasião nós tínhamos que pagar ordenados fabulosos para alguns técnicos. Hoje a Petrobrás domina inclusive a tecnologia de águas profundas!

P.R. - Exatamente.

E.R. - E nós não teríamos feito isso se não tivéssemos contratado esses técnicos. De modo que eu acho que isso foi realmente muito valioso para o país. Acho que nesse sentido só haveria um problema para eu completar para vocês, que é o exame da atuação do Geisel na questão do petróleo.

M.M. - Os contratos de risco.

E.R. - É. Acho que é muito importante, porque nós vamos examinar coisas que me parecem muito graves e muito sérias! Eu fiz o levantamento dos relatórios da Petrobrás de 72, 73 e 74. Vejam vocês: o Geisel investiu mais em edifícios e benfeitorias do que na exploração e produção de petróleo. [risos] Vamos a ver em 72, por exemplo: em exploração e produção de petróleo, ele investiu 583.300.000 cruzeiros; investimentos em edificações e benfeitorias 798 milhões. Em 73, 826 milhões em exploração e produção e 905 milhões em investimentos em edificações e benfeitorias. Em 74, 1.041.800.000 em exploração e produção e 1.829.000.000 em investimentos em edificações e benfeitorias. Ele estava transformando a Petrobrás numa imobiliária! [risos] Agora, em consequência, o que houve? Houve uma queda da produção de petróleo! Houve uma violenta queda na produção de petróleo, como eu denunciei nesse livro ao acusar o Geisel. Eu nunca confundi a instituição militar com algum militar! Eu acusei o Geisel! E ele era presidente da República, quando eu o acusei. Compareci à comissão de inquérito e fiz as acusações. Você tem um dado aqui que me parece importante: de 50 a 69 nós aumentamos a produção de petróleo de 321.450 m³ para 10.200.000 m³. Veja você de 1969 a 1979: nós partimos de 10.200.000 e fomos parar em 79 produzindo 9.000.928 m³. Então a melhor maneira de acabar com a Petrobrás é diminuir os investimentos da Petrobrás sobre o setor de exploração e produção, como está fazendo agora o presidente Sarney, que acaba de diminuir de 500 milhões os investimentos no setor da Petrobrás, num momento em que fala em gastar dois bilhões na Norte-Sul, que parece que leva o nada a coisa nenhuma. De modo que fica para vocês estudarem essa denúncia já, agora, em cima do presidente Sarney.

M.M. - Já que nós estamos em 87, como o senhor vê essa ameaça agora ao monopólio do petróleo na Constituinte?

E.R. - Nós tivemos uma grande luta. Aliás, vou deixar para vocês lerem depois o meu pronunciamento no Rio Grande do Sul. Porque a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - várias outras me convidaram, mas essa foi a última - me convidou para eu falar sobre a política nacional do petróleo. Então fiz um pronunciamento escrito, e esse pronunciamento eu passo para vocês lerem depois com tranqüilidade. Neste pronunciamento, eu mostro basicamente que a mistificação que os grupos entreguistas têm feito é dizer que há grave risco no setor de exploração e produção. Eu mostro que isso não é verdade. Porque veja você por exemplo: no período de 60 a 74, a Petrobrás fez um investimento de 1.500.000 e obteve petróleo no valor de 12.196.000.000. Quer dizer, investir um bilhão e meio e ganhar mais de 12 bilhões é um ótimo negócio! Então essa história de que há graves riscos no setor de exploração e produção é uma grande mentira divulgada pelos trustes, divulgada realmente numa linguagem falsamente técnica e tecnicamente falsa.

P.R. - Você não acha que no caso do Geisel houve também uma outra particularidade, que foi a concentração dos investimentos da empresa na indústria petroquímica, que já era uma indústria desnacionalizada no final do governo Castelo Branco pela criação da Petroquímica?

E.R. - Eu não vejo justificativa para ele gastar mais em imóveis do que em exploração e produção. Porque ainda se fosse... mas não, ele gastou mais em imóveis. Isso não tem desculpa! De jeito nenhum! Só há uma explicação: baixar a produção para justificar os contratos de risco que ele autorizou em 9 de outubro de 1975, contrariando a Constituição, contrariando a vontade nacional, numa manifestação de autoritarismo inacreditável! E não houve sequer um decreto-lei para alterar esta situação! Um simples pronunciamento presidencial comprometeu tudo aquilo que foi vontade do povo brasileiro, que foi vontade das forças armadas brasileiras! Quer dizer, é imperdoável o que o Geisel fez! Por isso é que eu

assumi, quando ele era presidente da República, a posição de ir à Câmara denunciá-lo. O pessoal dizia: "Você não volta de Brasília." Eu dizia: "Paciência! Aceitei essa luta com todas as conseqüências. Pelo menos, se eu não voltar, continuo com dignidade!"

Agora, sobre a questão que você perguntou, nós tivemos uma derrota inicial, porque queríamos incluir expressamente a proibição dos contratos de risco na Constituição. Inicialmente, o parecer do Virgildásio foi repelido, foi recusado por poucos votos, mas foi. Mas nós conseguimos incluir agora na Comissão de Sistematização a emenda que era nosso desejo colocar: a emenda que proíbe expressamente os contratos de risco. A emenda refere-se expressamente como contrária aos contratos de risco e já está na Comissão de Sistematização. Quer dizer que, se nós a aprovarmos na Comissão de Sistematização, acho que teremos vencido essa segunda batalha do petróleo. Porque uma vez aprovada, para rejeitá-la vão ser preciso 280 votos. E eu acho que não há na Constituinte 280 entreguistas assumidos.

P.R. - Não deve haver, não. [risos]

M.M. - Pelo menos assumidos, não.

E.R. - Eu acho que realmente é isso.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

E.R. - A emenda começa por dizer: "Inclua onde couber, exceto no capítulo I dos Princípios Gerais, Da intervenção do Estado no regime de propriedade do subsolo e da atividade econômica, o título C da Ordem Econômica e Financeira." Sem prejuízo de outras atividades que estejam ou venham a ser definidas em lei, constituem monopólio da União: a pesquisa, a lavra, a refinação, o processamento, o transporte marítimo em condutos, a importação, exportação e distribuição do petróleo e seus derivados. A pesquisa, a la-

vra, o enriquecimento industrial, utilização e comércio de minérios nucleares e materiais fósseis etc. A pesquisa, a lavra e o beneficiamento de minerais. Parágrafo único: o monopólio descrito no caput inclui os riscos e resultados das atividades ali mencionadas, ficando vedado à União ceder ou conceder qualquer tipo de participação em espécie ou em valor." Isto já está incluído na Comissão de Sistematização, o que mostra que, com a luta que nós começamos em 1947, 40 anos depois, quase meio século, caminhando para meio século — o que prova que já estou envelhecendo para valer —, conseguimos incluir. Barbosa Lima teve uma atuação destacada nessa posição, o presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás, o Antônio Maciel e eu. Nós participamos disso, estivemos em Brasília, conseguimos muita coisa, conversamos com o Aureliano Chaves e conseguimos que o Aureliano Chaves suspendesse os contratos de risco enquanto a Constituinte não se pronunciasse. Foi uma grande vitória, e eu tive a honra de ser convocado pelos nacionalistas do Brasil para lançar a nova campanha na ABI, como você sabe. De modo que esta é a luta básica que nós desenvolvemos, e acho que conseguimos esclarecer pelo menos o fundamental. Agora, continuo à disposição de vocês para qualquer pergunta a mais.

P.R. - Estamos satisfeitos. A palavra é sua, para encerrar.

E.R. - Acho que o importante é que consigamos manter a unidade nacional interna. É importante que as campanhas que se procuram fazer contra as forças armadas e contra outros setores não prossigam. Precisamos compreender que em todos os setores há bons brasileiros. E precisamos reunir todos os bons brasileiros. Porque no momento em que o Brasil vai assumando a posição internacional de oitava economia mais desenvolvida do mundo, parece-me constrangedor, capaz de provocar até lágrimas em quem ainda ama o Brasil, saber que somos a sexta área de fome do mundo. Somos um país que estamos exportando a nossa poupança — só a dívida externa está nos levando por ano mais de 12 bilhões de dólares. E nenhum país que exporta a sua poupança pode fazer investimentos

nos setores prioritários da sua vida.

De forma que é necessária a mobilização do povo, organizado, comparecendo à rua, como fez na Campanha do Petróleo, como fez na campanha das Diretas Já, conturbadas pela oligarquia nacional, que mentirosamente agora fala num parlamentarismo que não se sabe bem o que é, mas o que se quer evitar é o voto direto, é a manifestação de vontade do povo. Acho que é tempo de o povo brasileiro se unir; é tempo de mobilizarmos e assumirmos com coragem e decisão essa luta que é uma luta de sobrevivência de todos. Estou convencido que esta é a caminhada que devemos seguir, e é através dela que construiremos realmente um Brasil, capaz não só de dar condições de vida aos seus filhos, como de desfraldar a bandeira de liderança da América Latina e dos países sofridos do mundo. Estou convencido de que esta luta vale a pena. Isto é política.

Fico mais preocupado ainda quando acabo de saber que no setor de álcool, que representa um setor de pesquisa importante, fala-se numa corrupção da ordem de 18 bilhões de dólares. Então verificamos que a corrupção parece que é universal. Estamos vendo ministro do Japão, ministro da União Soviética, ministro da Alemanha, ministro da Itália provando que são corruptos. Mas na Itália, na União Soviética, na Alemanha, todos eles estão na cadeia.

P.R. - Nos Estados Unidos também, agora, com relação ao caso do Irã.

E.R. - Exatamente, nos Estados Unidos também estão na cadeia. Então verifica-se que a corrupção é universal, mas a impunidade é nacional. E essa impunidade é uma afronta à dignidade dos brasileiros! De modo que esses são os caminhos que temos que seguir para continuar a luta de libertação nacional, tentando criar realmente um Brasil livre e uma sociedade justa.

P.R. - Eusébio, muito obrigado. Nós agradecemos a você em nome da Fundação Getúlio Vargas e da Petrobrás. Estamos cer

tos de que você será solicitado em outras oportunidades, e que estará, como sempre esteve, à disposição desse projeto.

E.R. - Vocês fazem um trabalho importante para a dignidade nacional.

[FINAL DO DEPOIMENTO]